



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 702 /2019/GME-ME

Brasília, 26 de novembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados


Assunto: Requerimento de Informação.

Senhora Primeira-Secretária,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 887/19, de 31.10.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1545/2019, de autoria do Senhor Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO, que requer informações sobre a redução das alíquotas do imposto de importação para fertilizantes.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, o Despacho (4979108), de 19 de novembro de 2019, elaborado pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, e o Despacho (5183324), de 25 de novembro de 2019, elaborado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.

Atenciosamente,


MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Ministro de Estado da Economia substituto

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Fm <u>27</u> / <u>11</u> / <u>19</u>	às <u>17</u> h <u>29</u>
<u>SR</u> Servidor	<u>5876</u> Ponto
<u>Adelina</u> Redator	<u>João</u> Redator



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

DESPACHO

Processo nº 12100.105858/2019-39

À Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares,

Trata-se do Requerimento de Informações nº 1.545/2019 (4682886), de autoria do Sr. Deputado Capitão Alberto Neto, o qual requer informações a respeito de eventual redução da Tarifa Externa Comum (TEC) incidente sobre fertilizantes.

Nesse sentido, encaminho a Nota Informativa nº 7506/2019/ME (4955933) em resposta aos questionamentos apresentados, e esclareço que, no atual momento, o Governo Brasileiro e os demais sócios do Mercosul estão em conversas exploratórias internas para estudar os diferentes modelos e elementos que devem compor uma reforma tarifária ampla, no bloco. Oportunamente, tais elementos serão amplamente debatidos com representantes governamentais e não-governamentais.

Diante do exposto, encaminho os autos à Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares para prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

Secretária Especial Adjunta de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais



Documento assinado eletronicamente por **Yana Dumaresq Sobral Alves, Secretário(a) Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais Substituto(a)**, em 19/11/2019, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4979108** e o código CRC **A666D611**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Subsecretaria de Estratégia Comercial

Nota Informativa SEI nº 7506/2019/ME

INTERESSADO(S): Deputado Capitão Alberto Neto

ASSUNTO: Resposta ao Requerimento de Informação - RIC Nº 1.545/2019.

Em resposta ao Requerimento de Informação RIC nº 1.545/2019, informamos que durante a presidência pro tempore argentina do MERCOSUL, no primeiro semestre de 2019, o Grupo Mercado Comum (GMC), instância executiva do bloco, estabeleceu mandato para que o Grupo Ad Hoc para Analisar a Consistência e Dispersão da Tarifa Externa Comum (GAHTEC) apresente, até o fim do corrente ano, uma proposta de revisão da Tarifa Externa Comum (TEC), contendo modalidades e prazos de implementação, uma vez que, em seus quase 25 anos de existência, a TEC jamais foi objeto de uma ampla revisão. Com vistas ao cumprimento do mandato do GMC, os trabalhos do GAHTEC têm sido orientados pelo objetivo de ampliar a capacidade do MERCOSUL de contribuir para o aumento da competitividade e da integração das economias de seus integrantes no contexto global, e têm levado em consideração todos os subsídios fornecidos pelo setor produtivo dos quatro países.

O Brasil defende uma revisão ampla da TEC do MERCOSUL, que estabeleça uma estrutura tarifária mais eficiente e adequada ao objetivo de promover uma maior inserção do bloco no comércio internacional. Nesse exercício, buscar-se-á aproximar a estrutura tarifária do MERCOSUL aos níveis praticados internacionalmente, com implementação gradual, de forma a acomodar as necessidades de adaptação do setor produtivo à nova realidade tarifária. Neste contexto, as alíquotas do Imposto de Importação aplicadas sobre produtos utilizados pelo setor de fertilizantes também passarão por alterações para estimular a produção nacional como, por exemplo, as aplicadas aos insumos utilizados na formulação de fertilizantes.

Quanto a um estudo de viabilidade econômica para o setor de fertilizantes, a Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, ligada à SEPEC/ME, seria o órgão responsável por desenvolvê-lo, conjuntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em adendo, importante destacar que o Brasil está implementando, de forma paralela a esse processo de reestruturação da TEC, as reformas estruturantes em sua economia, de maneira a permitir maior competitividade às nossas empresas. A reforma da previdência, recém aprovada, é a primeira dessas reformas, que será seguida de outros projetos estruturantes nas áreas tributária, de infraestrutura, trabalhista, dentre outras.

Por fim, as informações relativas às negociações do GAHTEC classificam-se ao amparo do art. 23, inciso II, da Lei 12.527, ou seja, cuja divulgação pública pode "prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País", bem como informações "que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais". No entanto, esclarece-se é que os números apresentados pela imprensa que supostamente comporiam a nova estrutura tarifária do Bloco, não necessariamente refletem o perfil tarifário final a ser adotado pelo Mercosul, por meio de sua TEC, pois a definição desses números envolve múltiplas variáveis, que não dependem exclusivamente de decisão do governo brasileiro, como as posições negociadoras dos demais sócios e o grau de convergência a ser atingido. Esses números apresentados, portanto, são apenas um exercício, entre vários que foram realizados, de simulações tarifárias que compõem cenários diversos a serem analisados e discutidos em conjunto com os sócios do Mercosul.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

Documento assinado eletronicamente

Anderson da Costa Mello
Chefe de Divisão

Documento assinado eletronicamente

Rafael Quirino Santos
Coordenador-Geral de Reforma Tarifária

De acordo. Encaminhe-se à consideração do Subsecretário de Estratégia Comercial.

Documento assinado eletronicamente

Fernando Coppe Alcaraz
Subsecretário de Estratégia Comercial

De acordo. Encaminhe-se à consideração do Subsecretário de Estratégia Comercial.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Quirino Santos, Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 11/11/2019, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Coppe Alcaraz, Subsecretário(a)**, em 11/11/2019, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4955933** e o código CRC **2D8AF189**.

Processo nº 12100.105858/2019-39.

SEI nº 4955933

Criado por luciano.peres, versão 7 por 63573555187 em 11/11/2019 13:15:35.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

DESPACHO

Processo nº 12100.105858/2019-39

À Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares

Em seu Requerimento de Informação Nº **1545, de 2019**, o Deputado Capitão Alberto Neto solicita informações sobre eventual redução das alíquotas do imposto de importação para fertilizantes, nos seguintes termos:

- 1) (Se) Os estudos de redução da TEC para fertilizantes levam em consideração nas análises a prospecção de estimular a produção nacional?
- 2) (Se) A eventual redução da TEC de fertilizantes será escalonada ou haverá redução única?
- 3) (Se) Há algum estudo de viabilidade econômica que possa estimular a produção de fertilizantes da Região Norte?

Sobre o assunto, informamos, ouvidas a Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação e a Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade, que não dispomos de subsídios sobre os questionamentos levantados pelo RI.

No entanto, em referência ao questionamento número três (3) a título de subsídio parcial, encaminhamos a Nota Técnica nº 09 COCGI/SEAE/MF (SEI Nº 5162302), de 2010, a Nota Técnica nº 59 COCGI/SEAE/MF (SEI Nº 5162456), de 2009, e o Estudo sobre o Panorama do Mercado de Fertilizantes, de 2011 (SEI Nº 5162584).

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Documento assinado eletronicamente

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

Chefe de Gabinete, Substituto

Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

DE ACORDO

BRUNO MONTEIRO PORTELA

Secretário Adjunto, substituto

Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade



fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Monteiro Portela, Secretário(a) Especial Adjunto(a) Substituto(a)**, em 25/11/2019, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5183324** e o código CRC **EF6B651A**.

Referência: Processo nº 12100.105858/2019-39.

SEI nº 5183324



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE

Nota Técnica nº 59 COGCI/SEAE/MF

Brasília, 31 de julho de 2009.

Assunto: Posição da SEAE/MF sobre a solicitação de retirada dos Fertilizantes da Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum do Mercosul (LETEC).

Sumário executivo

Essa nota tem como objetivo apresentar a posição do Ministério da Fazenda a respeito da retirada de várias posições de fertilizantes (NCM 31.00) da Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum do Mercosul e fazer um breve levantamento da situação do mercado (produção, preços e comércio exterior), bem como tecer alguns comentários sobre a estrutura concorrencial do setor.

Tendo em vista a importância do produto como insumo para a cadeia produtiva agrícola, a SEAE/MF acredita que a retirada desses produtos da LETEC - em um momento de retomada da atividade econômica – não seria recomendável. O provável aumento do custo de importação dos fertilizantes vai contra as medidas de estímulo econômico em curso e pode penalizar o setor agrícola. Deve-se mencionar ainda a relativa concentração de mercado no setor e a boa situação atual das empresas do segmento, o que sugere que a competição com os importados não tem prejudicado os produtores domésticos.

I – Quadro geral e justificativa.

Tabela 01 – Posições envolvidas no pleito, alíquota atual e pretendida.

NCM	DESCRIÇÃO	Alíquota da Lista de Exceção	Alíquota Pretendida
3102.10.10	Adubo ou fertilizante com teor de nitrogênio superior a 45% em peso	0%	6%
3102.21.00	Sulfato de amônio	0%	4%
3103.10.10	Adubos ou fertilizantes com teor de pentóxido de fósforo (P ₂ O ₅) não superior a 22% em peso	0%	6%
3103.10.30	Adubos ou fertilizantes com teor de pentóxido de fósforo (P ₂ O ₅) superior a 45% em peso	0%	6%
3105.20.00	-Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, contendo os três elementos fertilizantes: nitrogênio, fósforo e potássio	0%	4%
3105.40.00	Didrogeno – ortofosfato de amônio (fosfato monoamônio ou mono amoniacal) mesmo misturado com hidrogeno – ortofosfato de diamônio (fosfato diamônio ou diamoniacal	0%	6%
3105.30.10	Hidrogeno – ortofosfato de amônio (fosfato diamônico ou diamoniacal) com teor de arsênio superior ou igual a 6 mg/kg	0%	6%
3105.51.00	Fertilizantes contendo nitratos e fosfatos	0%	4%
3105.59.00	Outros – adubos ou fertilizantes minerais ou químicos	0%	4%

Fonte: Sindiferti e MDIC.

A tabela 01 acima demonstra as posições da NCM envolvidas no pleito, as atuais alíquotas dentro da Lista de Exceção e as alíquotas pretendidas. Atualmente das posições da NCM 3100, relativas a fertilizantes, todos os itens da TEC estão com a alíquota zerada ou em Lista de Exceção. O setor produtor de fertilizantes, representado pelo Sindicato Nacional dos Produtores de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert), solicita que os fertilizantes sejam retirados da referida lista e se volte a aplicar a Tarifa Externa Comum, argumentando que tal medida irá minimizar a falta de equidade tributária existente em relação aos importados. Cabe ressaltar que o principal imposto incidente sobre os insumos agrícolas é o ICMS. Segundo o Sinprifert, o tratamento concedido ao produto nacional em relação ao importado, deixa de ser isonômico por que as empresas misturadoras, localizadas em estados diferentes daqueles que são produtores, dão preferência à importação dos insumos, visto que não têm a carga tributária do ICMS, ao invés de adquirir produtos nacionais, nos quais incidirão alíquota de 8.4%, gerando créditos com

grande dificuldade de compensação. Adicionalmente, o Estado de Goiás – grande consumidor - recusa-se a efetuar essas compensações.

Por outro lado, a Associação dos Misturadores de Adubo do Brasil (AMA), representante do setor de misturadores de adubo, situado na ponta da cadeia produtiva, reconhece as dificuldades tributárias por que passa o setor produtor, mas argumenta que o ICMS só incide nas transações interestaduais. A maior parte das mercadorias circula dentro do próprio Estado e, portanto, o produto nacional e o importado têm tratamentos isonômicos. Mesmo o ICMS recolhido, para outros estados, é aproveitado, pelos compradores/misturadores, em grande parte dos estados, através de compensações em função de vendas de misturas processadas, NPK, ou utilizado para compra de outros insumos ou em ativos fixos (matérias primas, sacaria, carregadeiras etc..). Na composição dos seus preços domésticos, para oferecer/faturar aos misturadores, os produtores não reduzem o valor do ICMS, eliminando, assim, qualquer argumento que se têm trazido a baila. A posição da AMA Brasil, em sinergia com a agricultura, é favorável a que se elimine o ICMS dos fertilizantes domésticos e que não se imponha ao importado.

Por outro lado, o setor produtor não recolhe IPI desde 2004 (Lei nº 10.925/2004) e a alíquota PIS/COFINS está reduzida a zero. É notório que a legislação tributária do setor precisará ser reformada para que se estimule a produção doméstica de fertilizantes, mas esta é responsabilidade dos estados. A legislação do ICMS define que as alíquotas mínimas, tanto estaduais como interestaduais, são responsabilidade do Senado Federal. O CONFAZ (Conselho Interfazendário, composto por Secretários de Fazenda Estaduais) discute e aprova isenções, benefícios e incentivos fiscais, reduções de base de cálculo, entre outros. A concessão dos benefícios fiscais depende de decisão unânime desse órgão colegiado e, para revogação, há necessidade de 4/5 dos representantes presentes. Os estados definem a alíquota interna, respeitado o limite do Senado. No caso dos insumos agrícolas, o Convênio ICMS 100/97, prorrogado pelo convênio nº138 de 05/12/2008, dispõe que o ICMS interestadual deve ser reduzido da base de cálculo em 60% ou 30%.

Finalmente, o Sinpriferti argumenta que desde a criação da Lista de

Exceção à TEC, por meio da Resolução CAMEX nº 42, de 2001, os fertilizantes estão inclusos na Lista. A tabela abaixo apresenta a trajetória das alíquotas de alguns fertilizantes, desde o início da Lista de Exceção até o presente momento, onde as tarifas encontram-se zeradas:

Tabela 02 – Lista de Exceção Fertilizantes – Histórico

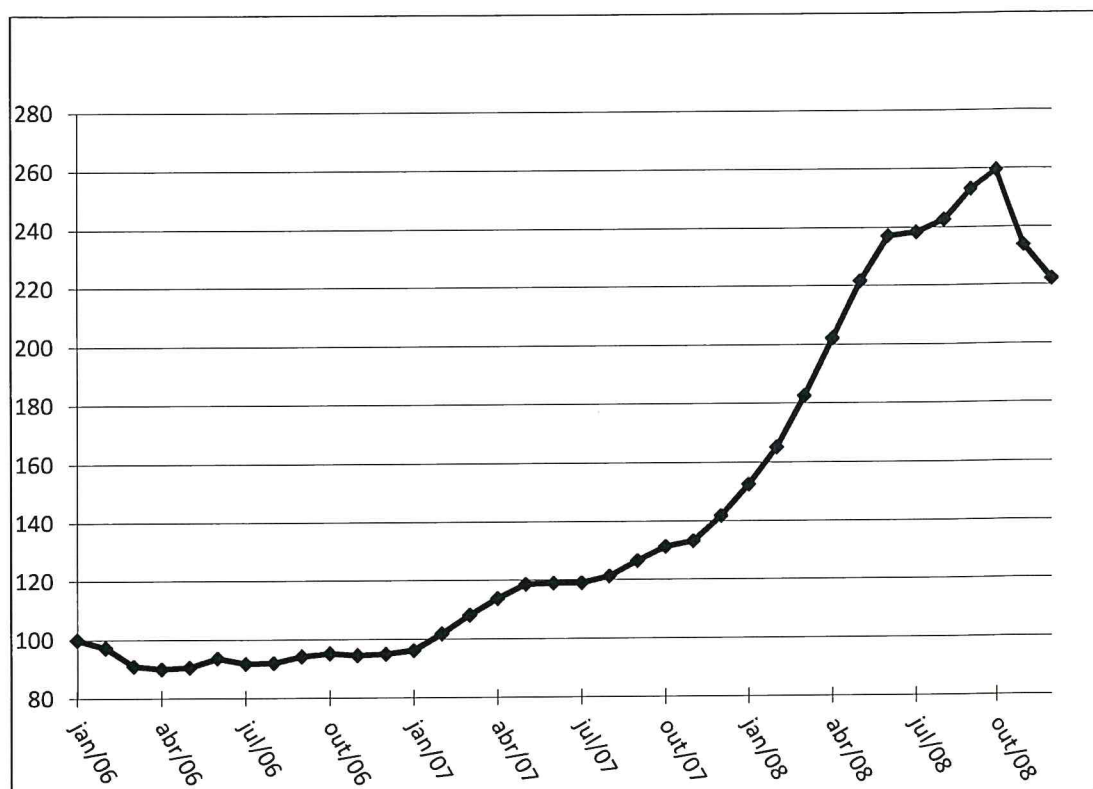
PRODUTOS	NCM	TEC	Resolução CAMEX 42 01.2002	2003	Resolução CAMEX 22 07.2004	Resolução CAMEX 5 03.2005	Resolução CAMEX 26 08.2005	Resolução CAMEX 4 03.2006
Uréia	3102.10.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Sulfato de amônio	3102.21.00	4%	3%	3%	2%	2%	2%	0
Superfosfato Simples	3103.10.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Superfosfato Triplo	3103.10.30	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fosfato Dimônio	3105.30.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fosfato Monoamônio	3105.40.00	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fertilizantes Complexos	3105.59.00	4%	3%	3%	2%	2%	2%	0

Fonte: Sindifert

II – Dos Preços

O mercado brasileiro acompanha os preços internacionais. Entretanto, apesar da tarifa zerada, o setor misturador do insumo (AMA) argumenta a existência de vários custos adicionais, como o Adicional de Frete da Marinha Mercante (AFRMM) e os custos portuários, que oneram o produto. O preço médio dos fertilizantes tem se comportado de forma ascendente no mercado nacional após 2000. O Gráfico 1 abaixo indica o crescimento real entre 2006-2008, mês a mês, de acordo com o IPA-OG - fertilizantes - da Fundação Getúlio Vargas. Percebe-se a aceleração dos preços, especialmente após o segundo semestre de 2007, refletindo a crescente demanda interna e os preços dos insumos (petróleo, rocha fosfática, potássio) no mercado internacional. No segundo semestre de 2008, houve queda nos índices em função da crise internacional.

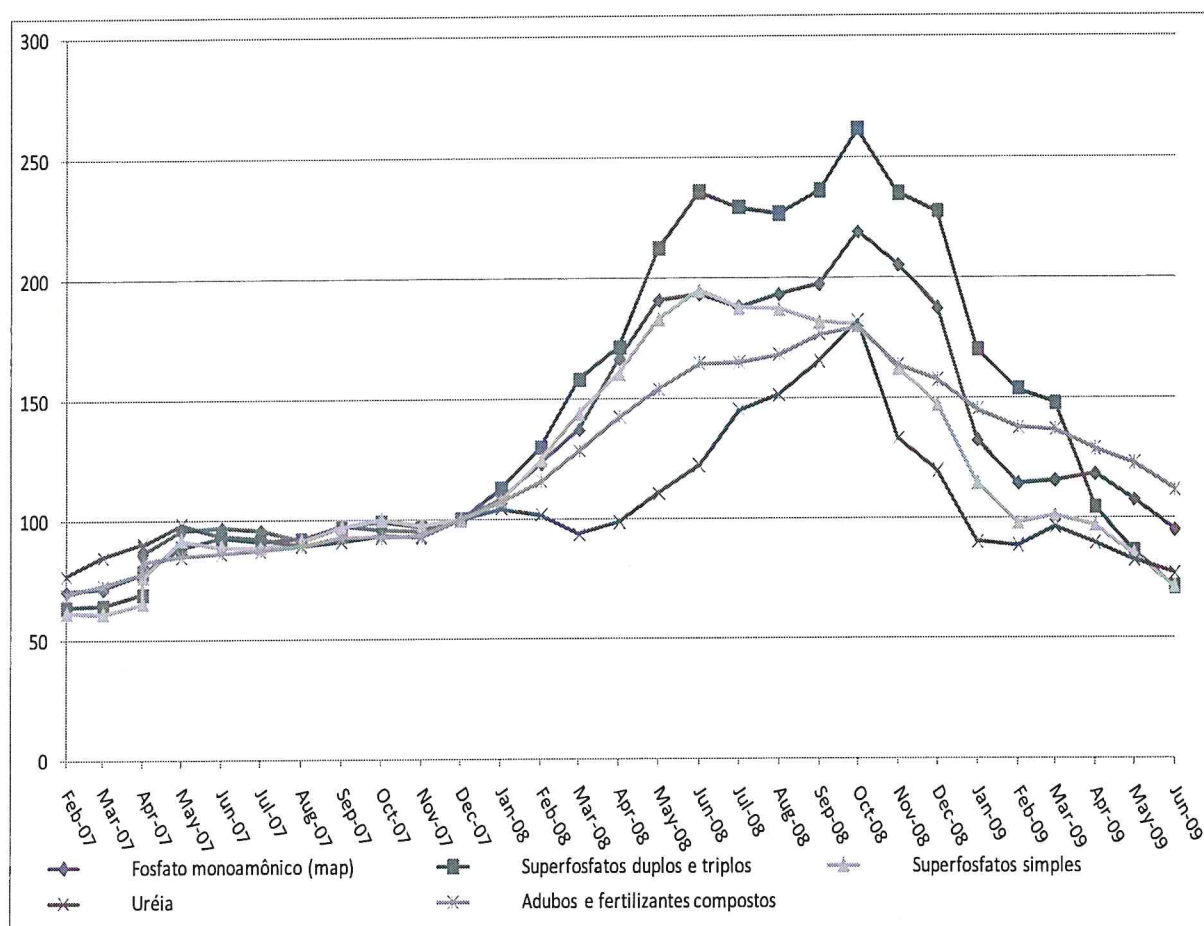
Gráfico 01 – IPA-DI – Fertilizantes (Jan 2006 = 100)



Fonte: FGV Elaboração: SEAE/MF

No Gráfico 2, com dados desagregados por diferentes fertilizantes, também se percebe a aceleração ocorrida nos preços desde início de 2007 e a expressiva queda posterior, após o segundo semestre de 2008.

Gráfico 02 – IPA-DI – Fertilizantes Seleccionados (Dezembro 2007 = 100)



Fonte: FGV Elaboração: SEAE/MF

Verificada a evolução recente dos preços, as perspectivas do setor não apontam para expressivas altas para os próximos meses, em vista do ainda incerto ambiente de recuperação econômica. Outro indicador importante para aferir os preços dos fertilizantes é a relação de troca entre fertilizantes e produtos agrícolas seleccionados. A tabela 3, com dados da CONAB/MAPA, indica que a relação fertilizante/produto aumentou entre 2000 e 2008. A relação de troca indica a quantidade de produto agrícola necessário para adquirir uma tonelada de fertilizante. Por exemplo, em 2000 eram necessárias 42,3 sacas de 60 kg de algodão para adquirir uma tonelada de fertilizantes; em 2008, essa relação foi de 92,20 sacas de algodão para adquirir a mesma tonelada de fertilizante, indicando que houve uma desvalorização do algodão em relação ao fertilizante. Percebe-se que, no período, houve valorização relativa dos fertilizantes face aos principais produtos agrícolas.

Tabela 03
Relação de trocas de produtos selecionados por tonelada de fertilizante

PERÍODO	PRODUTOS						
	ALGODÃO (fardo 15 kg)	ARROZ SEQUEIRO (sc 60 kg)	ARROZ IRRIGADO (sc 50 kg)	FEIJÃO (sc 60 kg)	MILHO (sc 60 kg)	SOJA (sc a60 kg)	TRIGO (sc 60 kg)
	MÉDIAS ANUAIS						
2000	42,3	35,8	30,6	14,7	40,2	25,4	33
2001	52,9	33,4	30	10,6	57,8	23,4	31,7
2002	43,6	29	26,5	9,4	38,1	17,6	23,6
2003	39,2	23,2	21,9	11,6	50,3	19,8	28,6
2004	48,3	23,8	27	15,8	57,1	22,7	35,8
2005	55,4	33,4	38,5	11,4	57,3	27,7	41,5
2006	48,4	31,5	28,1	17	59,8	26,7	34
2007	52,5	33,3	30,7	14,4	50,7	25,6	31,2
2008	92,2	40,9	41,4	13,8	87,4	38,6	52,2

Fonte: CONAB/MAPA.

III – Da produção, consumo e importação.

Tabela 04 – Produção, Importação e Oferta - 2008

PRODUTO INTERMEDIÁRIO	PRODUÇÃO NACIONAL - 2008	IMPORTAÇÃO 2008	OFERTA TOTAL	PROD. NACIONAL/ OFERTA GLOBAL
Sulfato de Amônio	217.958	1.411.201	1.629.159	13,38%
Uréia	792.898	2.112.694	2.905.592	27,29%
Super Simples	4.707.201	300.753	5.007.954	93,99%
Super Triplo	759.813	1.011.100	1.770.913	42,91%
DAP	0	493.631	493.631	0,00%
MAP	113.097	1.053.958	1.167.055	9,69%
Nitrato de Amônio	283.664	714.253	997.917	28,43%
Ácido Sulfúrico	0	185.758	185.758	0,00%
Total	6.874.631	7.283.348	14.157.979	48,56%
NPK	22.429.232	270.162	22.699.394	98,81%

Fonte: AMA

A capacidade produtiva do Brasil para fabricação dos insumos utilizados na produção de fertilizantes é reduzida e existe forte dependência de importações. Por exemplo, o país importa 100% da necessidade doméstica do enxofre elementar, insumo principal para o ácido sulfúrico. No caso do ácido fosfórico, o Brasil produz 50% do insumo “rocha fosfática”; os 50% restantes são supridos por importações da Rússia, do Canadá, da Alemanha e de Israel. Nos fertilizantes intermediários, conforme tabela 4, o país conta com relativa capacidade produtiva (aproximadamente 48%), mas deve-se levar em conta a

Ressalte-se, ainda a situação de concentração de mercado na produção dos insumos e dos fertilizantes intermediários; já o setor de misturadores é pulverizado. Em ácido sulfúrico, apenas cinco empresas controlam a produção doméstica, quais sejam: Bunge Fertilizantes, Copebrás, Fosfértil, Ultrafértil e Galvani. Em ácido fosfórico, apenas o Grupo Bunge/Fosfértil e a Copebrás dominam toda a produção nacional. A produção de fosfato bicálcico, embora mais pulverizada, também é concentrada nas mesmas grandes empresas (Bunge Fertilizantes, Mosaic, PCS Fosfatos e Copebrás). Nota-se ainda situação de integração vertical, pois o grupo Bunge-Fosfértil controla também 76% da produção doméstica de rocha fosfática, insumo principal para os fertilizantes fosfatados. A situação de concentração do mercado e a forte dependência das importações é uma situação derivada do processo de privatização e da própria dinâmica do setor, caracterizado por altas economias de escala e necessidades de altos investimentos.

Finalmente, mencione-se que as empresas do setor de fertilizantes encontram-se em boa situação financeira, em vista das confortáveis margens de lucro e da consolidação na organização industrial, além da demanda bastante aquecida¹.

II - Posição do Ministério da Fazenda

Em face da conjuntura econômica internacional recente, o mercado de insumos fertilizantes passa por um período de intenso aumento da demanda e as empresas locais não conseguem suprir as necessidades domésticas. A desaceleração dos preços domésticos ocorreu em função da forte declínio mundial dos preços das *commodities*, na esteira da crise econômica internacional. Portanto, com a retomada da atividade econômica espera-se que a demanda aumente e as importações deverão ser mantidas para se evitar pressões maiores sobre os preços domésticos. É notório que a oferta doméstica é inelástica, em decorrência das dificuldades de investimento, mas também devido à ausência de insumos básicos necessários para a produção de fertilizantes no território brasileiro. Na impossibilidade de aumentar a oferta

¹ Ver, por exemplo, Fernandes, E., B. A. Guimarães e R. R. Matheus. "Principais Empresas e Grupos Brasileiros do Setor de Fertilizantes", *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 203-228, mar. 2009. Austin Setorial. "Análise Setorial de Fertilizantes", Abril de 2009.

doméstica em curto prazo, os consumidores precisam recorrer a fontes internacionais, sob o risco de desabastecimento.

Em vista do exposto, a SEAE-MF sugere o indeferimento do pleito de retirada dos fertilizantes (constantes na tabela 1) da Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum do Mercosul e manutenção da alíquota em 0%.

À consideração superior

GLAUCO AVELINO SAMPAIO OLIVEIRA

Assistente/EPPGG

ANDREA PEREIRA MACERA

Coordenadora-Geral de Concorrência Internacional

De acordo.

PRICILLA MARIA SANTANA

Secretária de Acompanhamento Econômico, Substituta



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE

Nota Técnica nº 09 COGCI/SEAE/MF

Brasília, 28 de janeiro de 2010.

Assunto: Posicionamento da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda sobre a solicitação de retirada dos Fertilizantes e seus insumos da Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum do Mercosul, com retorno à alíquota de 4% ou 6%.

Sumário Executivo

Essa nota tem como objetivo apresentar a posição da SEAE/MF a respeito da retirada de várias posições de fertilizantes e insumos para fertilizantes na Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL. A nota faz um breve levantamento da situação do mercado (preços, produção e comércio exterior), bem como tece alguns comentários sobre a estrutura concorrencial do setor.

Tendo em vista a importância do produto como insumo para a cadeia produtiva agrícola, a SEAE/MF acredita que a retirada desses produtos da Lista - em um momento de retomada da atividade econômica – não é recomendável. O provável aumento do custo de importação dos fertilizantes vai contra as medidas de estímulo econômico adotadas em 2009 e poderia penalizar o setor agrícola, em processo de recuperação.

Deve-se mencionar a relativa concentração de mercado e a situação financeira das empresas do setor, o que sugere que a competição com os importados não tem prejudicado os produtores domésticos. Por outro lado, de acordo com relatórios de mercado, de fato, houve uma diminuição das margens de lucro em 2009. Apesar dessa queda em 2009, que foi consequência da conjuntura econômica internacional adversa, existem perspectivas mais favoráveis para 2010. Em verdade, a indústria de fertilizantes no mundo caracteriza-se pela concorrência com as importações.

Nesse sentido, a SEAE sugere a manutenção dos produtos na Lista de Exceção, com alíquota 0%, bem como a não inclusão do nitrato de amônio com alíquota 6%.

I – Quadro geral e justificativa

O Quadro 01 mostra as posições de fertilizantes e duas matérias-primas para fertilizantes (Ácido Sulfúrico e Ácido Fosfórico) envolvidas no pleito e as alíquotas pretendidas. Atualmente, todos os itens do capítulo 31 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) estão com a alíquota zero na Tarifa Externa Comum (TEC) ou em Lista de Exceção (LETEC).

Quadro 01 – Posições envolvidas no pleito, alíquota atual e pretendida.

NCM	DESCRIÇÃO	Alíquota Atual / Lista de Exceção	Alíquota Pretendida
2807.00.10	Ácido Sulfúrico	0%	4%
2809.20.19	Ácido Fosfórico	0%	4%
3102.10.10	Adubo ou fertilizante com teor de nitrogênio superior a 45% em peso (Uréia)	0%	6%
3102.21.00	Sulfato de amônio	0%	4%
3102.30.00	Nitrato de Amônio, mesmo em solução aquosa	0%	6%
3103.10.10	Adubos ou fertilizantes com teor de pentóxido de fósforo (P_2O_5) não superior a 22% em peso	0%	6%
3103.10.30	Adubos ou fertilizantes com teor de pentóxido de fósforo (P_2O_5) superior a 45% em peso	0%	6%
3105.20.00	-Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, contendo os três elementos fertilizantes: nitrogênio, fósforo e potássio	0%	4%
3105.40.00	Didrogeno – ortofosfato de amônio (fosfato monoamônio ou mono amoniacal) mesmo misturado com hidrogeno – ortofosfato de diamônio (fosfato diamônio ou diamoniacal	0%	6%
3105.30.10	Hidrogeno – ortofosfato de amônio (fosfato diamônico ou diamoniacal) com teor de arsênio superior ou igual a 6 mg/kg	0%	6%
3105.51.00	Fertilizantes contendo nitratos e fosfatos	0%	4%
3105.59.00	Outros – adubos ou fertilizantes minerais ou químicos	0%	4%

Fonte: Sindiferti e MDIC.

No quadro acima, todos os itens estão na LETEC, com exceção do Nitrato de Amônio, cujo produtor nacional - Ultrafertil - solicita a inclusão com criação do Ex 001 - “Com teor de nitrogênio superior a 33%, em peso”-e tarifa de 6%. O setor produtor de fertilizantes, representado pelo Sindicato Nacional dos Produtores de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert), solicita que os fertilizantes e as matérias primas sejam retirados da LETEC e se aplique a TEC de 4% ou 6%. O Sinprifert argumenta que tal medida irá minimizar as dificuldades econômicas enfrentadas pelo setor no último ano e a falta de equidade tributária existente em relação aos importados.

O Sinpriferti argumenta ainda que desde a criação da Lista de Exceção à TEC, por meio da Resolução CAMEX nº 42, de 2001, os fertilizantes estão inclusos. O Quadro 02 apresenta a trajetória das alíquotas de alguns fertilizantes, desde o início da Lista de Exceção até a Resolução que determinou as tarifas de 0%:

Quadro 02 – Histórico dos Fertilizantes na Lista de Exceção

PRODUTOS	NCM	TEC	Resolução CAMEX nº 42 01.2002	2003	Resolução CAMEX nº 22 07.2004	Resolução CAMEX nº 5 03.2005	Resolução CAMEX nº 26 08.2005	Resolução CAMEX nº 4 03.2006
Uréia	3102.10.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Sulfato de amônio	3102.21.00	4%	3%	3%	2%	2%	2%	0
Superfosfato Simples	3103.10.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Superfosfato Triplo	3103.10.30	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fosfato Diamônio (DAP)	3105.30.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fosfato Monoamônio (MAP)	3105.40.00	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fertilizantes Complexos	3105.59.00	4%	3%	3%	2%	2%	2%	0

Fonte: SINPRIFERTI

II – Produção, consumo e importação

A capacidade produtiva do Brasil para a produção de fertilizantes é reduzida e existe forte dependência de importações. Essa dependência é consequência direta da baixa dotação dos elementos minerais no território brasileiro. O Brasil atualmente importa 90% do potássio, 75% do nitrogênio e 50% do fósforo destinados à produção de fertilizantes. O País também importa 100% da necessidade doméstica do enxofre elementar, insumo principal para fertilizantes básicos, como sulfato de amônio, e necessário para beneficiamento de outros fertilizantes, como os fosfatados, derivados da rocha fosfática.

Em relação ao fosfato, o Brasil produz aproximadamente 50% do seu consumo, mas a rocha fosfática lavrada no país é considerada de qualidade inferior (ígnea) e precisa ser beneficiada para dar origem aos fertilizantes. Os 50% restantes são supridos por importações da Rússia, do Canadá, da Alemanha e de Israel.

Quadro 3 – Produção, Importação e Oferta defertilizantes intermediários e finais (2008)

Em 1000 toneladas				
PRODUTO	(A) PRODUÇÃO NACIONAL	(B) IMPORTAÇÃO	(C=A+B) OFERTA TOTAL	(A/C) PROD. NACIONAL/ OFERTA TOTAL
Sulfato de Amônio	217.958	1.411.201	1.629.159	13,38%
Uréia	792.898	2.112.694	2.905.592	27,29%
Super Simples	4.707.201	300.753	5.007.954	93,99%
Super Triplo	759.813	1.011.100	1.770.913	42,91%
DAP	0	493.631	493.631	0,00%
MAP	113.097	1.053.958	1.167.055	9,69%
Ácido Sulfúrico	0	185.758	185.758	0,00%
Nitrato de Amônio	283.664	714.253	997.917	28,43%
Cloreto de Potássio	671.000	6.656.000	7.327.000	9,16%
Total (Fertilizantes Básicos)	6.874.631	7.283.348	14.157.979	48,56%
NPK (Mistura Final)	22.429.232	270.162	22.699.394	98,81%

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos - AMA

Nos fertilizantes básicos – também chamados de fertilizantes intermediários, pois a partir destes será elaborada a mistura final NPK –, conforme Quadro 3, o país conta com relativa capacidade produtiva (aproximadamente 48%), mas deve-se levar em conta a alta

dependência das matérias-primas importadas. Nos produtos finais - fertilizantes misturados (NPK), as misturadoras já utilizam os produtos registrados nas importações, acima destacadas, além da produção doméstica.

**Quadro 4 – Importações do Capítulo 31 da NCM
2006-2009 (Jan-Nov)**

Código NCM	Descrição NCM	2007		2008		2009 (Jan-Nov)	
		Toneladas	% Imp	Toneladas	% Imp	Toneladas	% Imp
31010000	ADUBOS OU FERTILIZANTES DE ORIGEM ANIMAL/VEGETAL,ETC.	1.254	0,01	2.601	0,02	1.669	0,02
31021010	UREIA COM TEOR DE NITROGENIO>45% EM PESO	2.510.347	14,54	2.232.680	14,13	1.838.675	18,06
31021090	OUTRAS UREIAS,MESMO EM SOLUCAO AQUOSA	456	0,00	1.703	0,01	584	0,01
31022100	SULFATO DE AMONIO	2.023.887	11,72	1.525.828	9,66	1.363.010	13,38
31022910	SULFONITRATO DE AMONIO	10.060	0,06	16.950	0,11	0	0,00
31022990	OUTS.SAIS DUPLOS/MISTURAS,DE SULFATO/NITRATO DE AMONIO	3	0,00	94	0,00	37	0,00
31023000	NITRATO DE AMONIO,MESMO EM SOLUCAO AQUOSA	771.186	4,47	769.038	4,87	814.293	8,00
31024000	MISTURAS DE NITRATO DE AMONIO C/CARBONATO DE CALCIO,ETC	38.137	0,22	16.106	0,10	35.990	0,35
31025011	NITRATO DE SODIO,NATURAL,COM TEOR DE NITROGENIO<=16.3%	9.868	0,06	10.317	0,07	6.981	0,07
31025019	OUTROS NITRATOS DE SODIO,NATURAIS	588	0,00	701	0,00	315	0,00
31025090	OUTROS NITRATOS DE SODIO	3.110	0,02	6.409	0,04	4.229	0,04
31026000	SAIS DUPLOS E MISTURAS DE NITRATOS DE CALCIO E AMONIO	66.471	0,38	67.139	0,42	51.499	0,51
31027000	CIANAMIDA CALCICA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
31028000	MISTURAS DE UREA C/NITRATO DE AMONIO,EM SOL.AQUOSA,ETC	0	0,00	0	0,00	0,954	0,00
31029000	OUTS.ADUBOS OU FERTILIZ.MINERAIS/QUIMICOS,NITROGENADOS	3.085	0,02	3.413	0,02	26.770	0,26
31031010	SUPERFOSFATO,TEOR DE PENTOXIDO DE FOSFORO (P2O5)<=22%	373.248	2,16	312.051	1,98	221.164	2,17
31031020	SUPERFOSFATO,TEOR DE PENTOXIDO DE FOSFORO,22%<P2O5<=45%	3	0,00	16.504	0,10	109	0,00
31031030	SUPERFOSFATO,TEOR DE PENTOXIDO DE FOSFORO (P2O5)>45%	1.198.996	6,94	993.830	6,29	847.559	8,32
31039011	HIDROGENO-ORTOFOSFATO DE CALCIO,TEOR DE P2O5<=46%	0	0,00	0	0,00	0	0,00
31039090	OUTROS ADUBOS OU FERTILIZ.MINERAIS/QUIMICOS,FOSFATADOS	140	0,00	47.445	0,30	400	0,00
31042010	CLORETO DE POTASSIO,TEOR DE OXIDO DE POTASSIO(K2O)<=60%	125	0,00	376	0,00	30.309	0,30
31042090	OUTROS CLORETOS DE POTASSIO	6.762.313	39,16	6.750.584	42,73	3.182.562	31,25
31043010	SULFATO DE POTASSIO,TEOR DE OXIDO DE POTASSIO(K2O)<=52%	34.537	0,20	34.638	0,22	27.971	0,27
31043090	OUTROS SULFATOS DE POTASSIO	0	0,00	18	0,00	2	0,00
31049090	OUTROS ADUBOS OU FERTILIZ.MINERAIS/QUIMICOS,POTASSICOS	7.631	0,04	8.890	0,06	10.142	0,10
31051000	ADUBOS OU FERTILIZANTES EM TABLETES/EMBALAGENS P<=10KG	764	0,00	1.525	0,01	1.282	0,01
31052000	ADUBOS OU FERTILIZANTES C/NITROGENIO,FOSFORO E POTASSIO	99.642	0,58	350.746	2,22	182.462	1,79
31053010	HIDROGENO-ORTOFOSFATO DE DIAMONIO,TEOR ARSENIO>=6MG/KG	576.613	3,34	534.883	3,39	299.574	2,94
31053090	OUTROS HIDROGENOS-ORTOFOSFATOS DE DIAMONIO	132	0,00	256	0,00	153	0,00
31054000	DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMONIO,INCL.MIST.HIDROGEN.ETC	1.644.943	9,53	1.130.042	7,15	832.594	8,18
31055100	ADUBOS OU FERTILIZANTES C/NITRATO E FOSFATO	293.516	1,70	171.537	1,09	47.484	0,47
31055900	OUTS.ADUBOS/FERTILIZ.MINER.QUIM.C/NITROGENIO E FOSFORO	658.144	3,81	608.589	3,85	168.858	1,66
31056000	ADUBOS OU FERTILIZANTES C/FOSFORO E POTASSIO	1.843	0,01	2.729	0,02	1.094	0,01
31059011	NITRATO DE SODIO POTASSICO,TEOR DE N<=15% E K2O<=15%	150.385	0,87	117.566	0,74	129.706	1,27
31059019	OUTROS NITRATOS DE SODIO POTASSICO	35	0,00	20	0,00	46.237	0,45
31059090	OUTS.ADUBOS/FERTILIZ.MINER.QUIM.C/NITROGENIO E POTASSIO	25.869	0,15	64.291	0,41	9.825	0,10
TOTAL IMPORTAÇÕES NCM 31		17.267.331	100,00	15.799.499	100	10.183.539	100

Fonte: Aliceweb

O Quadro 4 apresenta a evolução, desde 2007, das importações brasileiras das posições do capítulo 31 e o percentual de cada item no total das importações . Não se apresentou dados das exportações por serem extremamente reduzidas e restritas ao Mercosul.

Registre-se que as importações vêm de países extra bloco. É perceptível o forte peso dos produtos presentes na LETEC no total importado. A uréia (NCM 3102.10.10) representou 19% no período de janeiro a novembro de 2009, o cloreto de potássio (NCM 3104.20.90) representou 31%, e o superfosfato (NCM 3103.10.30) e o DAP (NCM 3105.40.00) foram responsáveis por 8% cada um no total da pauta de importações do capítulo 31.

Em relação à concorrência, há concentração na produção das matérias-primas e dos fertilizantes intermediários. Já o segmento de misturadores é fragmentado. Por exemplo, no caso do ácido sulfúrico, apenas cinco empresas controlam a produção doméstica, quais sejam: Bunge Fertilizantes, Copebrás, Fosfértil, Ultrafértil e Galvani. O Grupo Bunge/Fosfértil e a Copebrás dominam toda a produção nacional de ácido fosfórico. A produção de fosfato bicálcico, embora mais pulverizada, também é concentrada nas mesmas grandes empresas (Bunge Fertilizantes, Mosaic, PCS Fosfatos e Copebrás). Nota-se ainda situação de integração vertical, pois o grupo Bunge-Fosfértil controla também 76% da produção doméstica de rocha fosfática, insumo principal para os fertilizantes fosfatados. A situação de concentração do mercado é própria da organização industrial do setor, caracterizado por altas economias de escala e por altos investimentos iniciais, que dificultam a entrada de empresas pequenas. As barreiras à entrada podem ser creditadas também à própria carência dos elementos químicos e à dificuldade de prospecção dos mesmos no território nacional.

Apesar da crise internacional, algumas empresas do setor de fertilizantes registraram boa situação financeira e margens de lucro positivas ainda em 2008, fruto da demanda bastante aquecida nos anos anteriores¹. Esse quadro se reverteu em 2009, quando o setor com um todo passou por dificuldades. Os relatórios de mercado, entretanto, prevêem recuperação em 2010².

A proteção tarifária aos fertilizantes no Brasil no Quadro 5, com dados de 2007 do sistema Wits, da United Nations Conference on Trade and Development (WITS/UNCTAD), mostra a média de proteção em vários países do mundo. Por outro lado, segundo estudos recentes, o padrão de concorrência no mercado internacional de fertilizantes é caracterizado por empresas de atuação majoritariamente nacional, cuja posição dominante é contestada pelas importações. O fato de poucos países no mundo terem capacidade de produção nos nutrientes mostra a importância do comércio exterior para a manutenção da oferta e,

¹ Ver, por exemplo, Fernandes, E., B. A. Guimarães e R. R. Matheus. “Principais Empresas e Grupos Brasileiros do Setor de Fertilizantes”, *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 203-228, mar. 2009. e Austin Setorial. “Análise Setorial de Fertilizantes”, Abril de 2009.

² Lafis Setorial – Fertilizantes op. cit.; Coinvalores – Tópico Setorial – Fertilizantes, São Paulo, Setembro de 2009.

conseqüentemente, dos preços³. Se estabelecêssemos um ranking a partir dos dados do Quadro 5, observaríamos que o Brasil ocupa o 7º lugar entre aqueles que adotam reduzida proteção tarifária aos fertilizantes.

Quadro 5 - Tarifas médias sobre o capítulo 31 do Sistema Harmonizado, países selecionados, 2007.

Argentina*	2,47
Brasil	1,75
Chile	6,00
China	9,89
Colômbia	5,38
Índia	9,02
Indonésia	0,11
Japão	0,00
Coréia do Sul	5,84
México*	0,19
Filipinas	2,12
Rússia	10,00
África do Sul	0,00
Taiwan, China	0,00
Estados Unidos	0,00
União Européia	4,66

*2005

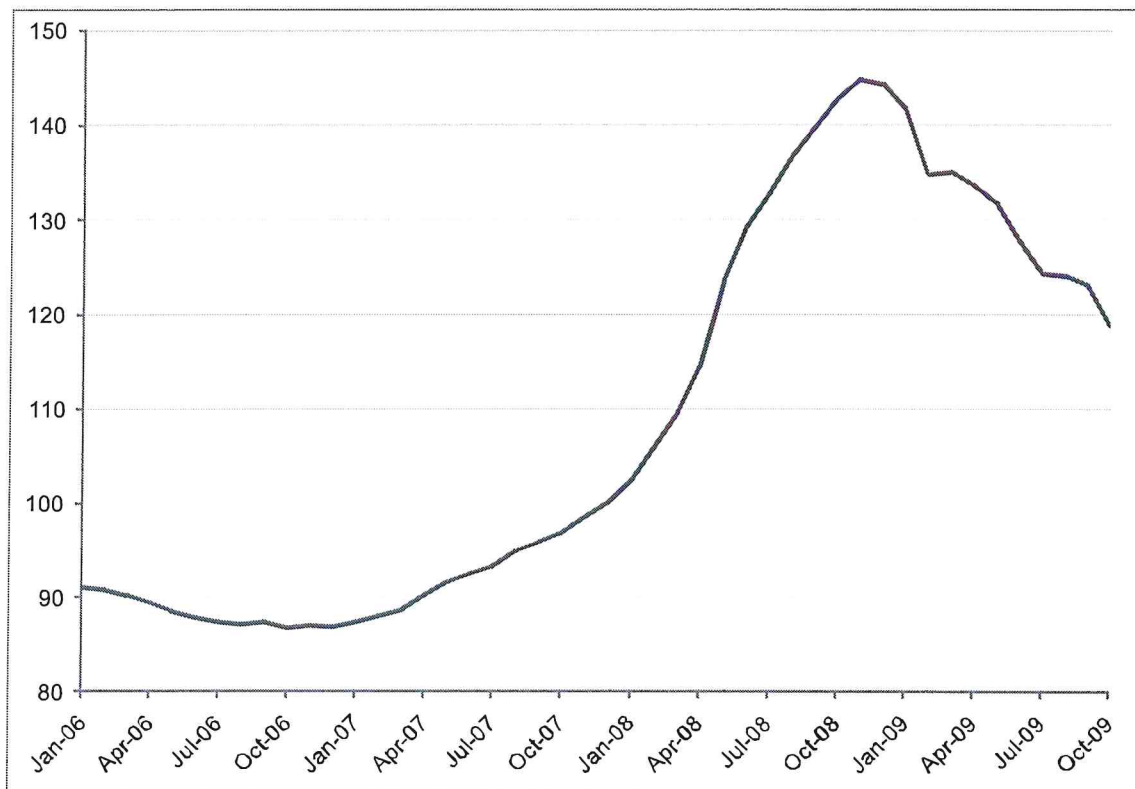
Fonte: WITS/UNCTAD

III –Preços

O preço médio dos fertilizantes comportou-se de forma ascendente no mercado nacional após 2005. O Gráfico 01 indica o crescimento real entre 2006-2009, mês a mês, de acordo com o IPA-OG - fertilizantes - da Fundação Getúlio Vargas/Agroanalysis. Percebe-se a aceleração dos preços após o segundo semestre de 2007, refletindo a crescente demanda interna e os preços dos insumos no mercado internacional (petróleo, rocha fosfática, potássio). No final de 2008, houve queda no índice. Essa queda acentuada continuou durante todo o ano de 2009. A variação entre o pico da série - novembro de 2008 – e o último dado disponível – outubro de 2009 – foi de quase 18%.

³ AROVUORY, Kyösti e KARIKALLIO, Hanna “Consumption Pattern and Competition in the World Fertilizer Markets”, trabalho apresentado no Symposium of the International Food and Agribusiness Management Association, Junho de 2009, Budapeste, Hungria.

**Gráfico 01 – Fertilizantes IPA FGV/Agroanalysis,
Jan 2006 a Set 2009, (Dez 2007 = 100)**

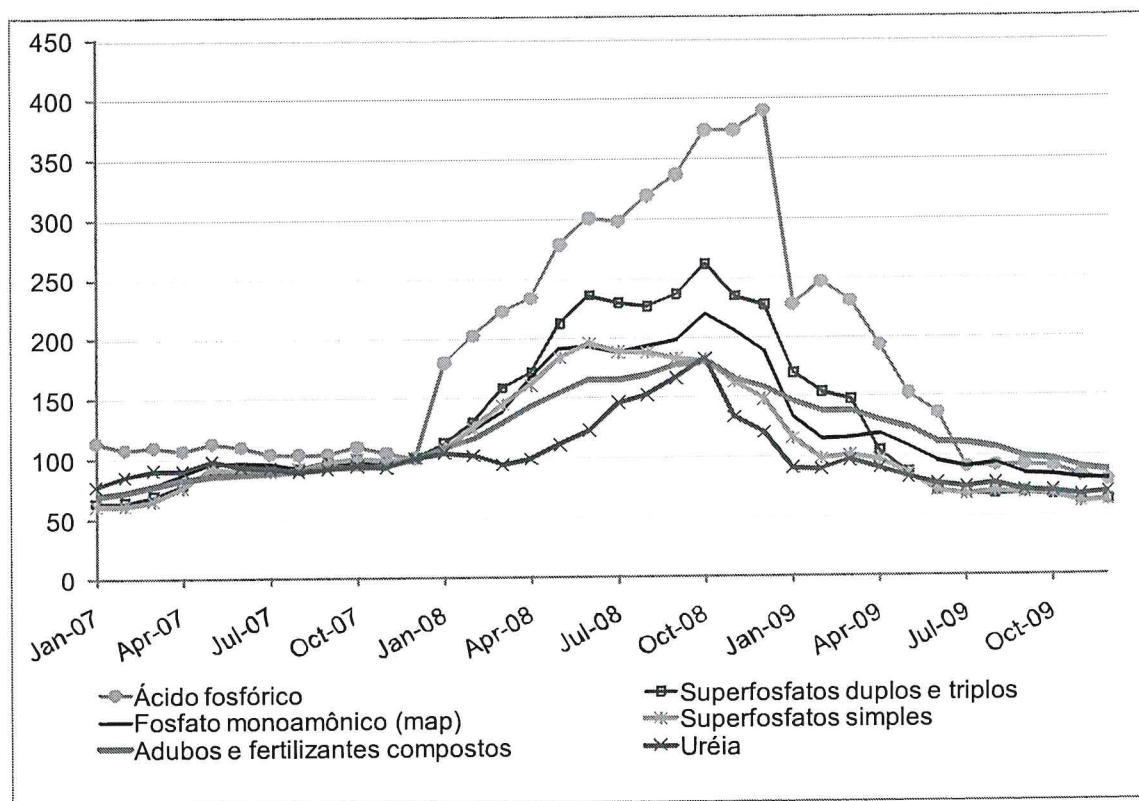


Fonte: FGV/Agroanalysis. Elaboração SEAE/MF

No Gráfico 02, percebe-se a aceleração dos preços até final de 2008 e a expressiva queda em 2009. Este gráfico mostra os fertilizantes do IPA-DI da Fundação Getúlio Vargas, o comportamento de índices de preço de adubos e fertilizantes (super-fosfato simples, super-fosfatos duplos e triplos, uréia, fosfato diamônio-DAP) e da matéria-prima ácido fosfórico. Importante notar o comportamento dos produtos mais dependentes do fosfato no mercado nacional (ácido fosfórico, Superfosfatos, MAP) com altas superiores ao índice composto de adubos e fertilizantes em quase toda a série, refletindo a alta dependência do insumo importado internacional (rocha fosfática). Os produtos derivados do petróleo, gás natural e amônia também acompanham os movimentos do mercado internacional. Verificada a evolução recente dos preços, as perspectivas do setor não apontam para expressivas altas para os próximos meses, em vista do ainda incerto ambiente de recuperação econômica.⁴

⁴ Lafis Setorial – Fertilizantes , op. cit.; Coinvalores – Tópico Setorial , op. cit..

**Gráfico 02 - Fertilizantes desagregados,
Fev 2007 a Set 2009 (Dezembro 2007 = 100)**



Fonte: IPA/DI- FGV

O mercado brasileiro de fertilizantes é tomador de preço. Apesar da tarifa de 0%, o setor misturador (AMA) argumenta a existência de vários custos adicionais que oneram o produto final. Deve-se mencionar custos para a cadeia produtiva doméstica que incidem sobre o preço final dos fertilizantes, tais como: i) custos do transporte marítimo; ii) custos portuários; iii) tributos externos e internos; iv) custos de transporte até os centros consumidores. Em relação ao custo de transporte, pesa a alta dependência da infra-estrutura logística rodoviária, para o transporte do fertilizante intermediário, dos portos até os formuladores de NPK e os produtores agrícolas, localizados no interior do país. Nesse sentido, existe uma proteção natural ao produtor nacional.

IV - Conclusão

Em face da conjuntura econômica internacional recente, o mercado doméstico de fertilizantes passou por um período de dificuldades, com queda da demanda e dos preços. A desaceleração dos preços domésticos ocorreu em função da forte declínio mundial dos preços

das *commodities*, na esteira da crise econômica. Portanto, com a retomada da atividade econômica, espera-se que a demanda aumente e as importações deverão ser mantidas para se evitar maiores pressões sobre os preços domésticos.

Ademais, em um quadro em que a oferta doméstica é inelástica, em decorrência das dificuldades de investimento e da escassez de matérias-primas no território brasileiro, os consumidores precisam continuar contando com as fontes internacionais. O eventual aumento do custo de importação dos fertilizantes vai contra as medidas de estímulo econômico adotadas em 2009 e pode penalizar o setor agrícola. Deve-se mencionar ainda a relativa concentração de mercado no setor e a situação das empresas do segmento: apesar da diminuição das margens de lucro em 2009, consequência da conjuntura econômica adversa, existem perspectivas mais favoráveis para 2010. Finalmente, a indústria de fertilizantes no mundo caracteriza-se pela concorrência com as importações.

Tendo em vista a importância do produto como insumo para a cadeia produtiva agrícola e insuficiência da produção doméstica para suprir o mercado nacional, a SEAE-MF sugere a manutenção dos fertilizantes e das matérias-primas listados no Quadro 01, com alíquota 0%, bem como a não inclusão do Nitrato de Amônio na Lista de Exceção do Mercosul, com alíquota 6%.

À consideração superior

GLAUCO AVELINO SAMPAIO OLIVEIRA
Assistente/EPPGG

ANDREA PEREIRA MACERA
Coordenadora-Geral de Concorrência Internacional

De acordo.

PRICILLA MARIA SANTANA
Secretária de Acompanhamento Econômico, Substituta
De acordo

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Secretário de Acompanhamento Econômico



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE

Assunto: Panorama do mercado de fertilizantes – Maio/2011

1 - SUMÁRIO

2 – PRODUTOS E INSUMOS

Insumos, matérias primas e processos produtivos
Tecnologia e Inovação

3 – SETOR NO BRASIL

Produção e Consumo
Estrutura da Produção Doméstica
Conjuntura
Aspectos concorrenciais
Preços domésticos
Estrutura tributária
Investimentos

4 – COMÉRCIO INTERNACIONAL

Imposto de Importação para Fertilizantes na TEC e Lista de Exceções
Importações
Cenário Mundial

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 01 - Fluxograma da produção de fertilizantes
Figura 02 — Consumo e dependência de nutrientes no Brasil, 2007.
Figura 03-Exploração atual e perspectivas de investimento.
Figura 04 - Mudanças na Produção de Amônia entre 1999 a 2006 por região (1000 ton.) (IFA 2008).
Figura 05 - Mudanças no Consumo de Amônia entre 1999 a 2006 por região (1000 ton.) (IFA 2008).

SUMÁRIO DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Oferta e demanda 1998 – 2010 – (milhões de toneladas).
Gráfico 02 - Oferta e demanda Jan/06 – Dez/10 (milhões de toneladas).
Gráfico 03 – Fertilizantes IPA FGV/Agroanalysis, Janeiro de 2006 a Novembro de 2010, (Índice, Dezembro 2007 = 100)
Gráfico 04 - Fertilizantes e alimentos, Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010 (Índice, Dezembro 2007 = 100)
Gráfico 05 - Preços internacionais de commodities agrícolas e minerais, Janeiro de 2002 a Outubro 2009, (Índice, Jan 2002 = 100)

Gráfico 06 - Preços internacionais de fertilizantes selecionados e índice de alimentos, 2000 a 2010, (Índice, 2005 = 100)

Gráfico 07 - Uréia, Mar Negro (Yuzhnyy), Outubro de 2006 a Dezembro de 2009, (Índice, Outubro 2006 = 100)

Gráfico 08 - DAP, Golfo do México (Tampa), Outubro de 2006 a Dezembro de 2009, (Índice, Outubro 2006 = 100)

Gráfico 09 – Consumo Mundial de Fertilizantes em 2008 (%).

Gráfico 10 – Produção Mundial de Nitrogenados em 2008 (%).

Gráfico 11 – Produção Mundial de Fosfatados em 2008 (%).

Gráfico 12 – Produção Mundial de Potássicos em 2008 (%).

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 01 – Produção, Importação e Oferta de fertilizantes intermediários e finais (mil toneladas) – 2008

Tabela 02— “Market Share” no Mercado de Fertilizantes, Percentual do Faturamento Total, 2008.

Tabela 03 — Principais fabricantes no Brasil, após 2010.

Tabela 04 — Participação cruzada na oferta de produtos fertilizantes no Brasil, após 2010.

Tabela 05 – Variações Acumuladas (%) no ano de fertilizantes e alimentos (IPA-DI).

Tabela 06 - Relação de trocas de produtos selecionados por tonelada de fertilizante.

Tabela 07 - ICMS incidente nas operações interestaduais – Nitrogenados.

Tabela 08 - ICMS incidente nas operações interestaduais – Fosfatados.

Tabela 09 - Lista de Exceção Fertilizantes – Histórico de Inclusão na Lista de Exceção.

Tabela 10 – Principais firmas no mercado internacional.

2 - PRODUTOS E INSUMOS

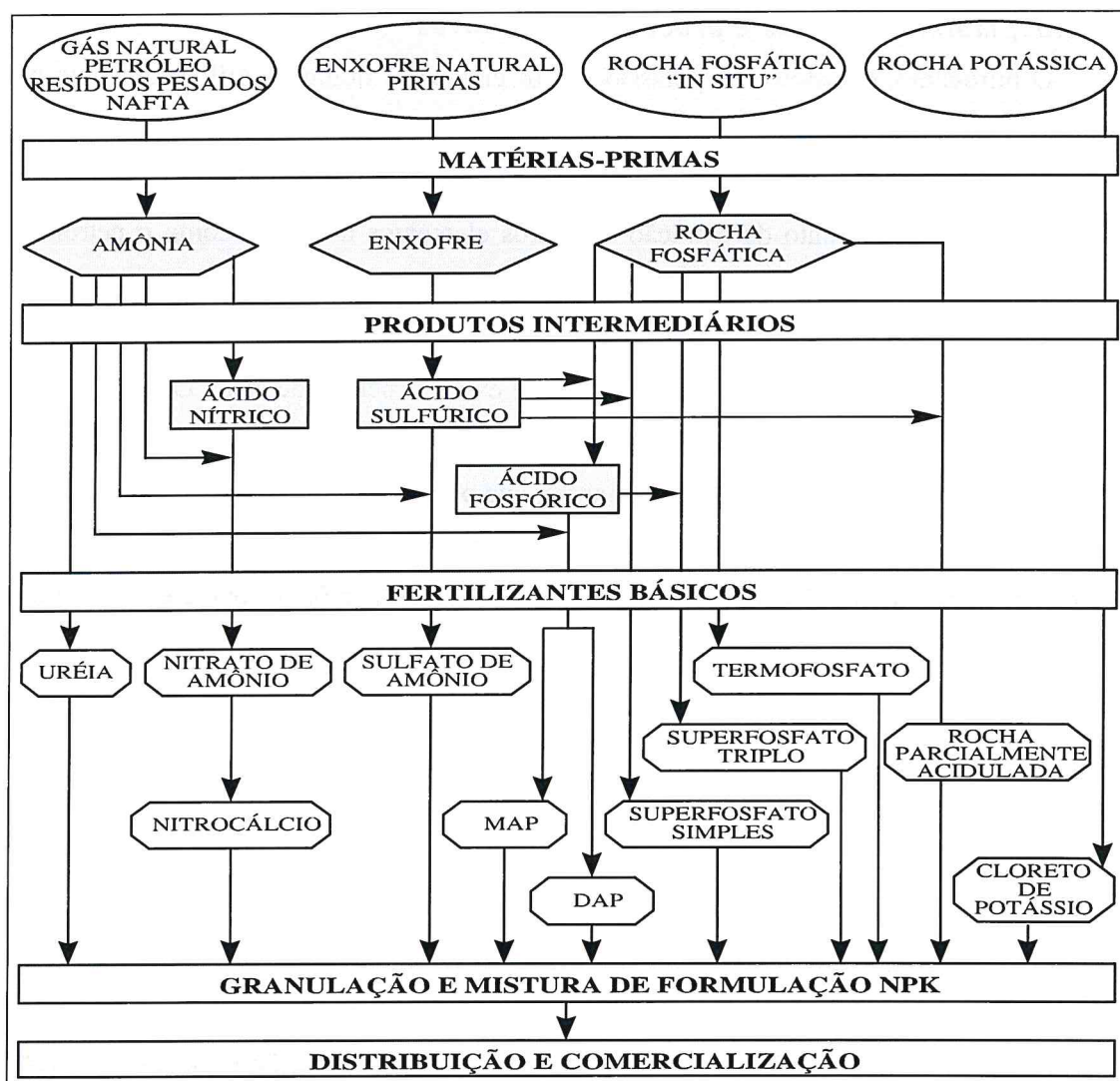
Insumos, matérias primas e processos produtivos

O nitrogênio, o fósforo e o potássio são os elementos químicos utilizados como nutrientes para a correção da fertilidade dos solos. Estes elementos estão presentes na composição do enxofre, da amônia, da rocha fosfática e da rocha potássica, que são extraídos diretamente da natureza ou elaborados como subproduto da extração de outros elementos minerais, como o petróleo e o gás natural. Os fertilizantes finais são elaborados a partir de alguma combinação desses três elementos básicos.

O fósforo é proveniente da rocha fosfática e extraída pela mineração. O tratamento da rocha fosfática com o ácido sulfúrico – elaborado a partir do enxofre - permite a obtenção dos fertilizantes fosfatados. O nitrogênio é encontrado no enxofre, que pode ser extraído diretamente da natureza, e é também um subproduto da produção de petróleo e gás natural. A partir do enxofre, produz-se o insumo chave para produção dos fertilizantes nitrogenados - a amônia - que é elaborada a partir da mistura de hidrogênio e nitrogênio e obtida a partir da exploração do gás natural e do petróleo (Nafta); 97% dos fertilizantes nitrogenados são derivados da amônia. Finalmente, o **potássio**, obtido exclusivamente pela extração de rochas potássicas, é utilizado na produção dos fertilizantes básicos, cloreto de potássio e sulfato de potássio.

As matérias-primas amônia, enxofre e rocha fosfática são utilizadas na elaboração dos produtos intermediários: ácido nítrico, ácido sulfúrico e ácido fosfórico, com os quais são fabricados os fertilizantes básicos - uréia, nitrato de amônio, sulfato de amônio, monossulfato de amônia (MAP), dissulfato de amônia (DAP), termofosfato (TSP), superfosfato triplo e superfosfato simples (SSP) e a rocha fosfática acidulada. O processo de granulação e mistura dos fertilizantes básicos dá origem aos fertilizantes finais (conhecidos pela sigla NPK: nitrogenados, fosfatados e potássicos) para serem finalmente comercializados e utilizados na lavoura. A Figura 01 permite uma visão simplificada dos elementos minerais, insumos intermediários e fertilizantes básicos na cadeia produtiva dos fertilizantes.

Figura 01 - Fluxograma da produção de fertilizantes



Fonte: BNDES¹

Essas informações sobre as características físico-químicas são importantes para entender a estrutura econômica e a organização industrial do setor, uma vez que a produção de fertilizantes requer altos investimentos iniciais não recuperáveis (*sunk costs*) para a prospecção mineral e compra de maquinário, exigindo consideráveis economias de escala. Uma vez fabricados os fertilizantes intermediários, a mistura e distribuição dos fertilizantes formulados (NPK) é relativamente simples. Por essa razão, a cadeia produtiva é concentrada à montante, enquanto à jusante é fragmentada.

¹ Dias, Victor Pina e Eduardo Fernandes. "Fertilizantes: uma visão global sintética". *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-138, set. 2006.

Tecnologia e Inovação

Os fertilizantes são considerados “*commodities*” nos mercados internacionais. Todavia, não são, necessariamente, produtos com pouca tecnologia agregada. Os insumos utilizados na sua produção exigem um grau de sofisticação industrial relativamente alto e são, sobretudo, intensivos em capital e escala – como os petroquímicos (enxofre, uréia); ou o potássio e fósforo – que dependem de infraestrutura mineradora.

Segundo a OCDE, os fertilizantes são “químicos industriais básicos”, que são essencialmente produtos “*commodities*”, incluído os vários químicos orgânicos (derivados da petroquímica) e químicos inorgânicos, bem como polímeros como polietileno e o polipropileno². Esses produtos são produzidos e vendidos em grandes volumes. As oportunidades para a introdução de novos produtos é limitada, embora variações de produtos existentes possam ser introduzidas em resposta a necessidades de mercado. Portanto, a *tecnologia de processo* tende a ser mais importante que as *inovações de produto*. A fabricação dos insumos químicos para fertilizantes acontece em plantas exclusivas e intensivas em capital utilizando processos altamente especializados, enquanto que a mistura dos fertilizantes finais (NPK) é um processo pouco complexo. A escolha dos processos produtivos precisa ser feita baseada nos custos atuais e projetados (ex. energia), no momento do planejamento da planta, visto que mudanças fundamentais nos processos *ex-post* são muito dispendiosas devido à alta intensidade de capital e ao grau de especialização. Mesmo assim, investimentos incrementais são feitos regularmente, a fim atualizar a planta ao desenvolvimento de novos processos tecnológicos, bem como garantir observância de exigências regulatórias, como àquelas ligadas a saúde e segurança. Assim, a inovação no setor de fertilizantes é correlacionada ao investimento no processo produtivo o que, conforme será visto nesse relatório, é limitado em função do alto grau de capital exigido. Dito isso, o relatório governamental “Oficina sobre Fertilizantes no Brasil” elenca algumas inovações tecnológicas ligadas o setor de fertilizantes³. Por exemplo, mencionam-se as pesquisas relativas à prospecção de novas fontes de insumos, devido à descoberta de potássio e fósforo na plataforma continental brasileira, resultado da pesquisa feita para o petróleo pré-sal. O relatório também menciona o desenvolvimento de novas modalidades de cultivos agrícolas que demandam menos insumos fertilizantes - “Manejo de Fertilizantes” - aludindo às pesquisas conduzidas pela Embrapa. Há também menção à pesquisa de insumos alternativos, materiais silicático/carbonáticos/fosfáticos, derivados de atividades mineradoras, que poderiam se tornar fonte de potássio e fósforo para fertilizantes.

² Organization for Economic Co-operation and Development – OECD, “Trade & Innovation: Report on the Chemical Sector”, Working Party of the Trade Committee, 12/05/2010.

³ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, “Oficina sobre Fertilizantes no Brasil”, Contrato Ministério de Ciência e Tecnologia e Centro de Estudos Estratégicos MCT/FSAG-CGEE/Consultoria No 056/2009, 2009

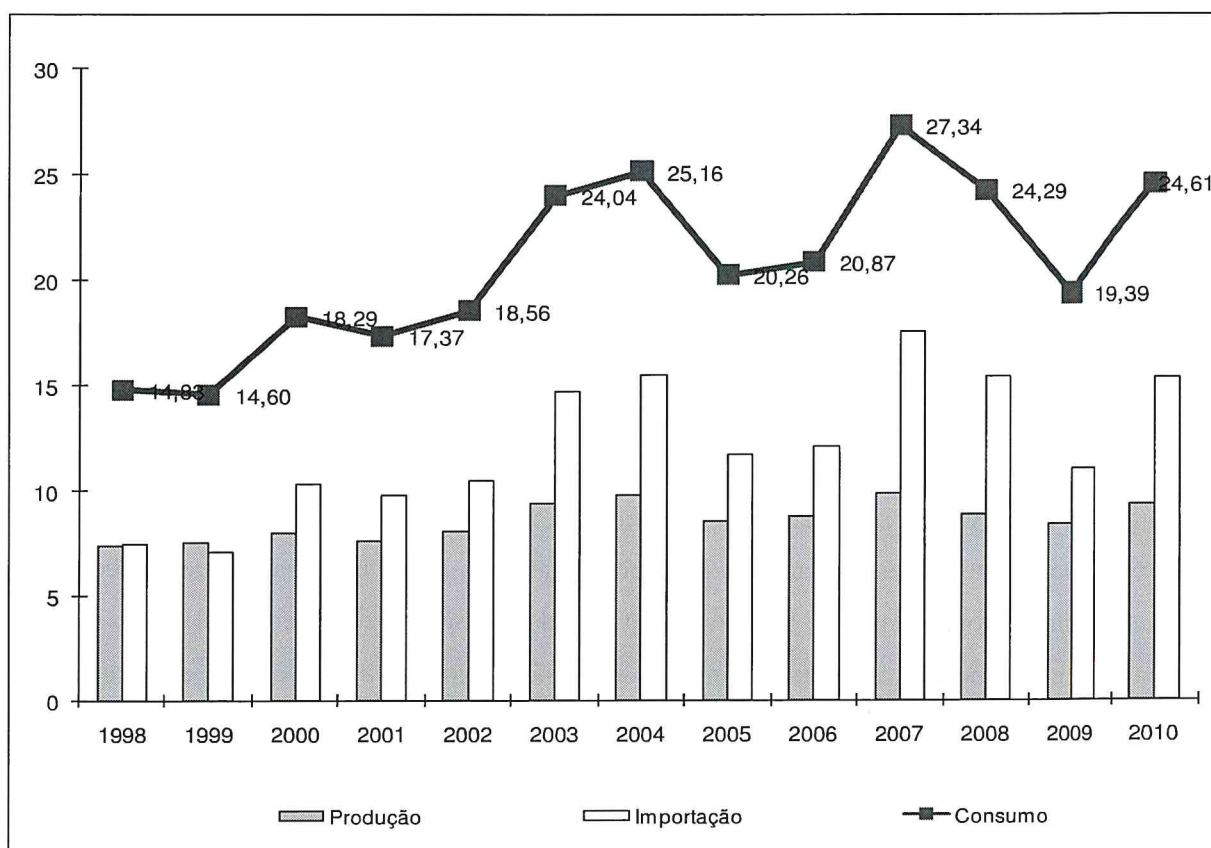
3 – SETOR NO BRASIL

Produção e Consumo

A oferta total de fertilizantes no Brasil em 2010 atingiu 24,48 milhões de toneladas, das quais 15,27 milhões de toneladas são importações e 9,34 milhões de toneladas é produção doméstica. Em relação a 2009, houve aumento de 11% na produção doméstica e de 38% das importações, indicando a retomada do consumo após a forte queda de 2008/2009. As vendas de fertilizantes no Brasil em 2010 atingiram 24,48 toneladas, ante ao pico de 24,61 milhões de toneladas em 2007, portanto, o quadro em 2010 já reflete a recuperação da demanda. Houve crescimento de 7,7% das vendas em relação a 2009. Os dados do IPEADATA mostram o mercado em recuperação, superando os níveis de 2009/2008. A relação entre produção doméstica e consumo total, que em 2009 atingiu 43%, diminuiu em 2010, ficando em 38%, devido à forte retomada das importações, que refletem também a valorização do real e a atividade no setor. A relação entre produção doméstica e importações ficou em 62% e houve um crescimento de 38% nas importações em relação a 2009.

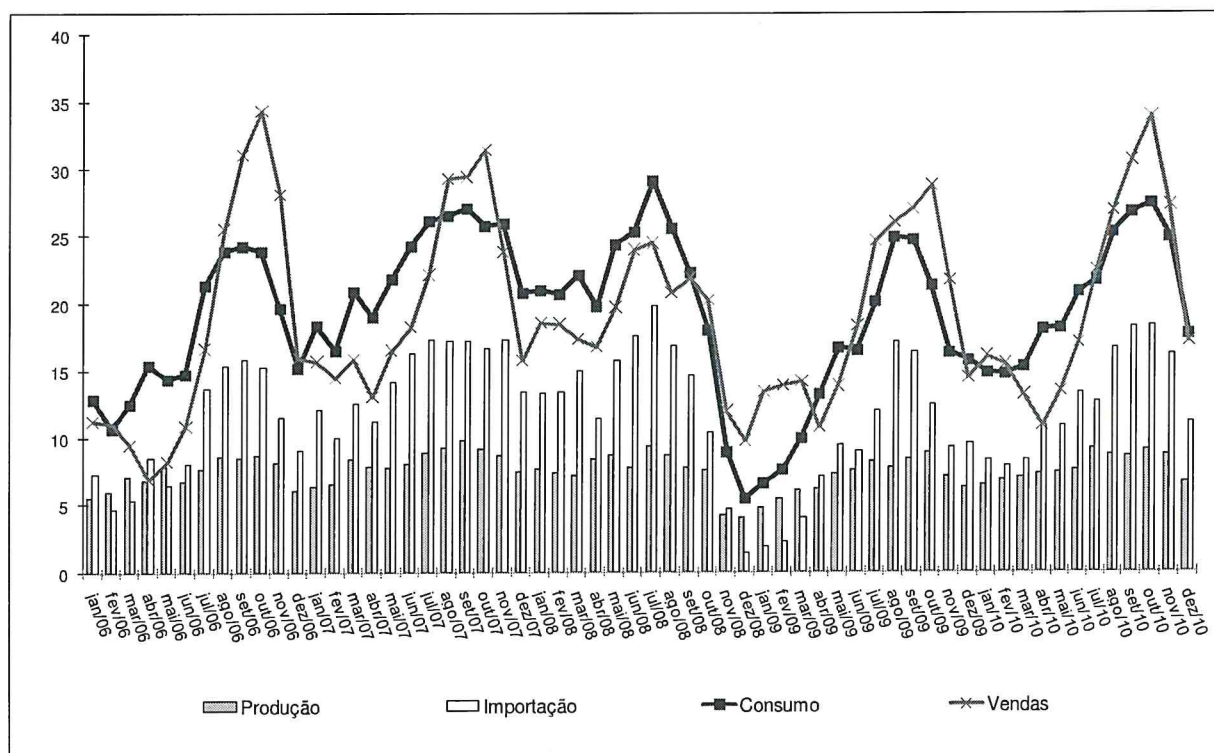
Como se sabe, o período de 1998 a 2007 foi caracterizado por forte aumento de demanda: o consumo quase dobrou em termos de volume físico, de 14 milhões para 27 milhões de toneladas. Em 2005 e 2006, registrou-se consumo doméstico de 20 milhões de toneladas, atingindo o pico em 2007. Em 2008, a queda no consumo doméstico em relação a 2007 foi de 11%, registrando patamar de 24 milhões de toneladas, reflexo da crise financeira internacional, que teve início no segundo semestre do ano. Entre 2009, em relação a 2008, no cenário pós-crise, há uma ligeira retomada das vendas (1,33%), mas o decréscimo na produção doméstica (-5,77%) e fortíssima queda das importações (-28%) refletiram as dificuldades conjunturais que fizeram com que o setor utilizasse os estoques acumulados nos anos mais positivos. Os estoques são a diferença entre as vendas domésticas e o consumo aparente. Em 2010, com a retomada das vendas domésticas, os estoques encontram-se em 61 mil toneladas. Registre-se que os estoques em 2008 e 2009 foram negativos.

Gráfico 01 – Oferta e demanda 1998 – 2010 (milhões de toneladas).



Fonte: Ipeadata. Elaboração SEAE/MF

Gráfico 02 - Oferta e demanda Jan/06 – Dez/10 (milhões de toneladas).



Fonte: Ipeadata. Elaboração SEAE/MF

A relação entre produção doméstica e importação sobre consumo total não foi alterada nos últimos anos. Em 2007, essa relação situava-se em 35% de produção doméstica e 65% de importações. Em 2008, a produção interna representou 36% do consumo. Em função da forte queda no consumo doméstico, essa relação alterou-se em 2009, quando as importações atingiram apenas 54% do consumo doméstico, e os produtores utilizaram os estoques acumulados nos anos anteriores. Esses números, todavia, em 2010 retornaram aos níveis de 2006/07 na medida em que a produção agrícola se recuperou e os estoques diminuíram, o que aumentou a procura pelo produto importado e o peso relativo da produção doméstica no consumo total. Em 2010, a produção doméstica e a importação representaram, respectivamente, 37,95% e 62,05%, do consumo total.

Pode-se afirmar que 2010 apresentou a retomada do mercado de fertilizantes após a dinâmica negativa da crise financeira internacional na agropecuária brasileira. Esta melhora reflete a volta do consumo dos agricultores brasileiros que, com uma visão mais clara das condições de preços internacionais, tanto de fertilizantes quanto das commodities agrícolas, além das cotações do real frente o dólar mais valorizado, tomaram a decisão de voltar a aquisições de fertilizantes. A forte demanda por commodities no mercado internacional estimula o plantio. Com um cenário mais otimista para 2010, estudos de mercado projetam recuperação no faturamento em relação ao ano de 2009 e boa perspectiva para 2011. Contribuem para isso os estímulos governamentais e a melhora do ambiente econômico. Entretanto, as consultorias também assinalam os problemas do setor, principalmente, forte dependência das matérias primas externas, que será discutido nessa nota, além da vulnerabilidade a fatores climáticos e creditícios⁴. Por outro lado, o cenário mais favorável parece também indicar uma maior disposição por investimentos, tanto privados, como governamentais.

Estrutura da produção doméstica⁵

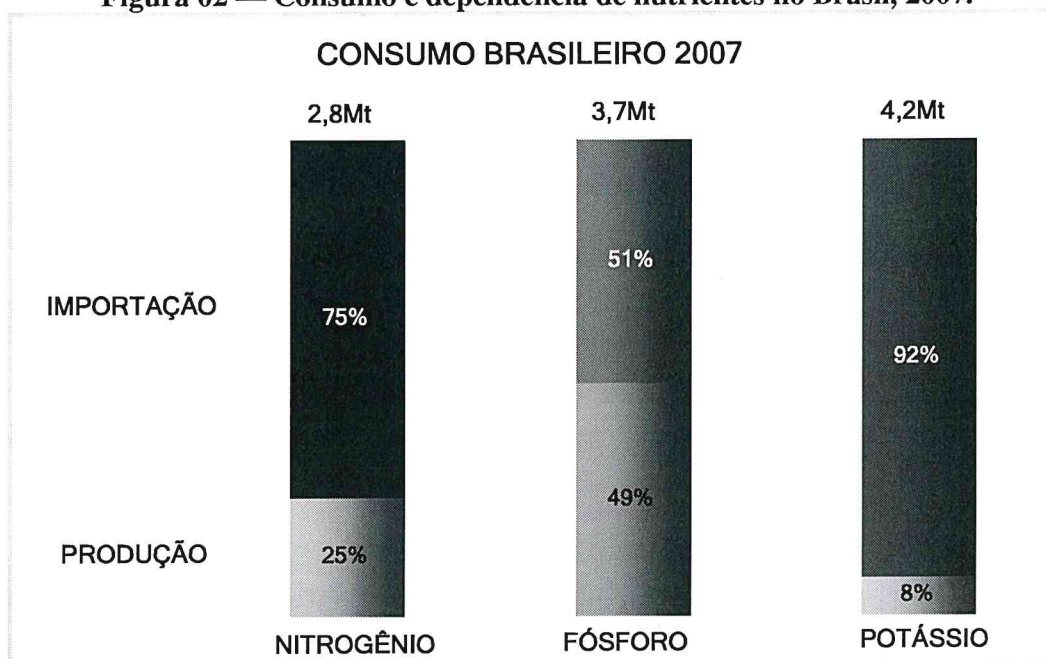
O déficit na balança comercial brasileira de fertilizantes é função não apenas da demanda aquecida do setor agrícola nacional, mas também da estrutura de produção e da dotação de fatores domésticos. O setor envolve altas economias de escala e, embora o país tenha potencialidades, não conta com nível adequado de investimentos. No setor petroquímico, por exemplo, a produção de insumos para fertilizantes nitrogenados depende da oferta de amônia e enxofre que, por sua vez, são subproduto de petróleo e gás natural. Em relação ao potássio, o Brasil não possui elementos químico-minerais de fácil acesso. Em fósforo, atualmente o insumo menos dependente das

⁴ Coinvalores Tópicos Setoriais, "Fertilizantes". Outubro de 2010.

⁵ Dados dessa seção obtidos em Saab, Ali Aldersi e Paula, Ricardo de Almeida, "O Mercado de Fertilizantes no Brasil – Diagnóstico e Proposta de Políticas". Ministério da Agricultura e Abastecimento - MAPA, Março de 2008 e do documento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, "Oficina sobre Fertilizantes no Brasil", Contrato Ministério de Ciência e Tecnologia e Centro de Estudos Estratégicos MCT/FSAG-CGEE/Consultoria N° 056/2009, 2009. Essa seção reflete os aspectos mais estruturais da indústria brasileira de fertilizantes.

importações, há pouca qualidade na lavra, visto que a rocha fosfática brasileira é considerada ígnea, ou seja, necessita de ser beneficiada para a extração do elemento⁶. Em resumo, uma das principais razões para que a oferta doméstica seja altamente inelástica é a própria dotação de fatores de produção do país, pois as fontes de nitrogênio, potássio e fósforo nacionais são insuficientes, subaproveitadas e/ou de difícil lavra.

Figura 02 — Consumo e dependência de nutrientes no Brasil, 2007.



Fonte: “Oficina sobre Fertilizantes no Brasil”

A figura 02 apresenta a dependência brasileira dos nutrientes NPK. Embora os dados sejam de 2007, essas relações não se modificaram substancialmente. Como foi comentado, houve uma diminuição da relação entre produção doméstica/importação, em função da redução das importações causada pela crise financeira em 2008/09.

A produção doméstica atende cerca de 50% da demanda doméstica de insumos para *fosfatados*, conforme a Figura 02. O país possui reservas de rocha fosfática em operação em Minas Gerais, Goiás e São Paulo. O restante é suprido por importações de ácido fosfórico. Os principais exportadores para o Brasil, em 2007, foram: Rússia (23%), Marrocos (21%), Estados Unidos (18%), Israel (10%) e Tunísia (6%).

Quanto ao *potássio*, o Brasil possui reservas localizadas em Sergipe, exploradas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A Petrobrás é detentora de direito de lavra de grandes reservas de potássio no Amazonas, mas sem definição de início da exploração. Assim, a Vale é a única produtora de potássio no Brasil, suprimindo 10% da oferta nacional de cloreto de potássio (671

⁶ “Oficina sobre Fertilizantes no Brasil”, op. cit.

mil toneladas); os restantes 90% (6,7 milhões de toneladas) são importados. Os países fornecedores de cloreto de potássio em 2010 foram Rússia, Bielorrússia, Canadá, Alemanha e Israel.

Finalmente, em relação aos *nitrogenados*, a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), localizada em Sergipe, e a Ultrafertil, localizada em Cubatão, São Paulo, fabricam matérias-primas para fertilizantes. Todavia, o país importa 86% de sua demanda por sulfato de amônio, 73% de uréia, 72% de nitrato de amônia, 90% de Sulfato Monoamônio (MAP) e 100% de Sulfato Diamônio (DAP). O gás natural, o gás de refinaria e o resíduo asfáltico também são utilizados na produção de amônia para uso em fertilizantes, mas a oferta do gás natural também depende de importações, sobretudo da Bolívia, principal fornecedor para o Brasil.

A Tabela 01 apresenta um resumo da importação, produção e consumo das matérias primas e fertilizantes intermediários em 2008, segundo a Associação dos Misturadores de Adubos (AMA). Conforme a tabela existe forte dependência dos insumos importados, mas o produto final (NPK) é, predominantemente, misturado no Brasil. Essas relações entre produção nacional/oferta total, mesmo em face da crise econômica e da posterior recuperação, não foram substancialmente alteradas e, apesar da ausência de dados para 2010/11, presume-se que os percentuais apresentados permanecem relativamente inalterados.

Tabela 01 – Produção, Importação e Oferta de fertilizantes intermediários e finais (mil toneladas) - 2008

INTERMEDIÁRIO	PRODUÇÃO NACIONAL (A)	IMPORTAÇÃO (B)	TOTAL (A+B) = (C)	(A/C) PROD. NACIONAL/ OFERTA TOTAL
Sulfato de Amônio	217.958	1.411.201	1.629.159	13,38%
Uréia	792.898	2.112.694	2.905.592	27,29%
Super Simples	4.707.201	300.753	5.007.954	93,99%
Super Triplo	759.813	1.011.100	1.770.913	42,91%
DAP	0	493.631	493.631	0,00%
MAP	113.097	1.053.958	1.167.055	9,69%
Nitrato de Amônio	283.664	714.253	997.917	28,43%
Cloreto de Potássio	671.000	6.656.000	7.327.000	9,16%
Total Intermediários	7.545.631	13.753.590	21.299.221	35,43%
NPK	22.429.232	270.162	22.699.394	98,81%

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos - AMA

O tipo de operação industrial para produção de fertilizantes exige consideráveis investimentos produtivos, portanto, a oferta doméstica depende de fatores relativamente estáveis. Em verdade, poucos países do mundo possuem elevada capacidade de produção de nitrogênio,

fósforo e potássio em conjunto, quais sejam Estados Unidos, China, Índia, Rússia, Canadá. A produção de insumos para fertilizantes, assim como outras áreas do setor químico, são intensivas em capital e exigem grandes escalas de produção. Uma vez fabricados os fertilizantes intermediários, a elaboração do fertilizante final é relativamente simples, bastando serem misturados e comercializados. Isto explica porque o setor de misturadores de fertilizantes é fragmentado, com centenas de produtores na ponta, enquanto o setor de produção de insumos é mais concentrado.

Conjuntura

Em relação a 2009, quando houve severa diminuição das margens em função da queda da produção agrícola e da retração do consumo de commodities agrícolas, o ano de 2010 apresentou melhoras⁷. Se por outro lado, a queda de 2009 se deu a partir de uma base bastante alta, visto que várias empresas de fertilizantes obtiveram lucros substanciais entre 2006-2008, a acentuada recuperação em 2010 deve também ser balizada pela crise. De forma geral, no cenário pós-crise, os relatórios de mercado sugerem que haverá *recuperação* das margens positivas para as empresas do setor.

Entretanto, a crise também acabou trazendo oportunidades: dado os altos estoques em decorrência da retração do consumo, as companhias começaram a queimá-los e com a melhora do ambiente macroeconômico (com a volta do consumo internacional), o mercado de fertilizantes passou por um movimento de ajustes de oferta e demanda. Esta mudança do cenário propiciou um início de ano (2010) melhor para as companhias do setor - os consumidores começaram a recompor seus estoques na cadeia mundial de distribuidores de fertilizantes (varejistas). O 1º trimestre de 2010 foi marcado pela retomada do consumo dos principais consumidores internacionais, principalmente a Índia, além do forte consumo nos Estados Unidos e China, países que, juntamente ao Brasil representam aproximadamente 70% do consumo mundial.

Destaque-se que os principais produtos fosfatados MAP e DAP chegaram à cotação de US\$ 290 por tonelada em dezembro de 2009, patamar mais baixo dos últimos 30 meses. Já no 1º trimestre de 2010, os preços começaram a registrar aumento, chegando a US\$ 470. Entre as explicações para a recuperação, o papel da Índia, com sua política de subsídio para aquisição de fertilizantes, e a alta no plantio de milho nos Estados Unidos. O mercado brasileiro de fertilizantes também apresentou essa recuperação em 2010. Esta melhora se reflete na saúde financeira das principais empresas. Por exemplo, a Vale Fertilizantes, empresa “entrante” no mercado (ver próxima seção), no 3º trimestre de 2010 apresentou receita operacional líquida de R\$ 830 milhões,

⁷ Lafis Tendências Setoriais, “Fertilizantes”. Outubro de 2009; Coinvalores – Tópico Setorial – Fertilizantes, São Paulo, Setembro de 2010.

representando expansão de 67% sobre o trimestre anterior, refletindo crescimento dos preços e do volume vendido.⁸

Aspectos concorrenciais

A estrutura de concorrência do setor de fertilizantes no Brasil é caracterizada, como na maioria dos países, pela alta concentração e pela integração vertical, pois a produção exige elevados custos iniciais em investimentos, é intensiva em capital e envolve grandes escalas de produção⁹. Ademais, percebe-se a crescente participação dos produtores de insumos, na fabricação de fertilizantes intermediários e finais. Segundo o relatório “Austin – Setorial Fertilizantes”, existe tendência de maior participação das produtoras de insumo nos mercados a jusante. No país, a concorrência no setor de insumos é limitada pela carência de investimentos e pela existência de poucos “players. No setor de misturadores, essa concorrência é maior devido à facilidade de importação, tanto de insumos como de fertilizantes intermediários.

Até 2009, as duas maiores empresas do setor no país eram a Fosfertil e a Ultrafertil, que atuavam com produtos fosfatados e nitrogenados, respectivamente, e pertenciam ao consórcio Fertifós. Esse consórcio surgiu pós o processo de privatização e de fusões e aquisições na década de noventa - a Fosfertil e a Ultrafertil passaram a ser controladas pelo grupo Fertifós, formado por sete empresas, quais sejam: IAP, Manah, Solorrico, Fertibrás, Fertiza e Takenaka/Ouro Verde. Em 2000, realizou-se a compra, pelo Grupo Bunge, das empresas IAP, Takenaka/Ouro Verde e Manah e a compra, pela Cargill, da Solorrico e da Fertiza. Assim, a Bunge passou a deter 52,3%, a Cargill 33,1% e a Fertibrás 12,76%, do controle acionário da Fosfertil. Por sua vez, a Fertifós tem o controle acionário exclusivo da Ultrafertil. Na continuidade do processo de concentração e internacionalização do setor, a Cargill Fertilizantes foi adquirida pela Mosaic, surgida da união entre as empresas Cargill Fertilizantes e a IMC Global, duas grandes empresas conhecidas no agronegócio e a Fertibrás foi adquirida pelo Grupo Yara. Em 2003, a Bunge adquiriu da companhia Paulista de Ferros e Ligas, subsidiária da Vale do Rio Doce S/A (CVRD), a totalidade da Dijon Participações Ltda, que possui 10,96% do capital social votante e 11,12% do capital social da Fosfertil¹⁰.

⁸ Coinvalores Análise de Resultados. “Vale Fertilizantes”, Novembro de 2010.

⁹ O relatório da UNCTAD - “TRACKING THE TREND TOWARDS MARKET CONCENTRATION: THE CASE OF THE AGRICULTURAL INPUT INDUSTRY” - ressalta que a situação de alta concentração de mercado e de integração vertical nas indústrias de fornecimentos de insumos agrícolas é um fenômeno mundial. Esse relatório, todavia, não discute com maior detalhamento os fertilizantes, atendo-se aos setores de herbicidas e sementes. Empresas de sementes têm hoje participação em fertilizantes, inclusive no Brasil. Levando em consideração que os fertilizantes são insumos para produção de alimentos e de sementes para replantio, existe aqui um exemplo de integração vertical em diferentes cadeias.

¹⁰ Informações sobre controle acionário foram retiradas de Saab e Paula, op. cit. e Fernandes, Eduardo, Bruna de Almeida Guimarães e Rômulo Ramalho Matheus, “Principais Empresas e Grupos Brasileiros do Setor de

Em 2010, houve a aquisição, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), de todos ativos de fertilizantes do Grupo Bunge, a Bunge Participações S.A.. A CVRD adquiriu ainda a participação acionária na Yara Brasil Fertilizantes S.A, incluindo a participação da empresa na Fosfértil (por intermédio da Fertibrás)¹¹. O Grupo Vale adquiriu também as ações de titularidade da Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A., consolidando a participação da CVRD na Fertifós Administração e Participação S.A. e a Fertilizantes Fosfatados S.A.¹². Fora do Brasil, a australiana BHP Billiton investiu na empresa de potássio canadense Athabasca Potash, e empreendeu uma oferta hostil para adquirir 50% do capital social da Potasth Corporation of Saskatchewan, podendo chegar a 100%¹³.

Essa recente onda de aquisições e modificações acionárias indica que as participações de mercado apresentadas nesse estudo deverão passar por modificações. A título de informação apresentamos os percentuais até 2008, nesse ano, cinco grupos dominavam a oferta nacional de fertilizantes: Grupo Bunge (32,44%), Grupo Yara/Trevo (13,18%), Grupo Mosaic/Cargill (11,5%), Grupo Fertipa (8,18%) e Grupo Heringer (7,19%). O processo de fusões e aquisições recente reforça o caráter de controle acionário cruzado em empresas do setor, mas o quadro tende a mudar com a entrada da “Vale Fertilizantes”, em direção a uma maior concentração. De toda a sorte, devido ao processo de integração vertical e conglomeração, as empresas produtoras de fertilizantes consolidam-se como, simultaneamente, produtoras dos insumos fertilizantes e misturadoras que vendem ao agricultor final - o fertilizante formulado. Note-se que algumas empresas nesse segmento são também produtoras de commodities agrícolas e sementes.

A Tabela 02 apresenta as participações de mercado das principais empresas atuantes no Brasil em 2008, apenas a título de ilustração, pois, devido aos processos de aquisição e fusão recentes, a divisão do faturamento provavelmente modificou-se em 2009/2010. A Tabela 03 apresenta os principais produtores no Brasil em 2010, após a consolidação do mercado. Ressalte-se que tanto as matérias primas básicas como os produtos intermediários concentram-se em poucas empresas. O setor misturador, por não ser totalmente atendido pela produção nacional, depende das importações. Percebe-se, no elemento fósforo, equilíbrio entre o fertilizante comprado domesticamente e o importado. Nos outros elementos (nitrogênio e potássio), o predomínio é das importações.

Apesar da concentração, os mercados podem ser competitivos e ensejar melhorias para bem estar do consumidor, por meio de uma maior capacidade investimento (ver seção abaixo), por exemplo. Dito isso, mencione-se que a SEAE sugeriu a aprovação das operações da “Vale

Fertilizantes”, *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 203-228, mar. 2009. Ressalte-se que com as operações de 2010, essas participações foram alteradas.

¹¹ Parecer nº 07080/2010/RJ COGCE/SEAE/MF.

¹² Parecer nº 0784/2010/RJ COGCE/SEAE/MF

¹³ Parecer nº 06740/2010/RJ COGCE/SEAE/MF.

Fertilizantes” às autoridades do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência por entender que o mercado é competitivo nos diversos segmentos (nitrogênio, potássio e fósforo) e pela importante participação das importações no consumo doméstico.

Tabela 02— “Market Share” no Mercado de Fertilizantes, Percentual do Faturamento Total, 2008.

EMPRESA/GRUPO	PARTICIPAÇÃO %
BUNGE-FOSFÉRTIL	43,40
YARA/TREVO/FOSFÉRTIL	15,00
MOSAIC/CARGIL/FOSFÉRTIL	14,60
HERINGER	9,92
COPEBRÁS	4,85
FERTIPAR	3,92
GALVANI	2,73
IHARABRÁS	2,13
UNIFÉRTIL	1,63
OUTROS	2,36
TOTAL	100,00

Fonte: Saab e Paula e “Oficina Sobre Fertilizantes no Brasil”.

Tabela 03 — Principais fabricantes no Brasil, após 2010.

NUTRIENTE	MATÉRIA-PRIMA BÁSICA/EMPRESAS	PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS/EMPRESAS	MISTURADORES
NITROGÊNIO	Amônia Anidra <i>Petrobrás CVRD</i>	Sulfato de Amônia Nitrato de Amônia Uréia <i>Brasken Proquigel</i>	Nacional 25% Importado 75%
FÓSFORO	Rocha Fosfática Ácido Fosfórico Ácido Sulfúrico <i>Fosfértil Copebrás CVRD Galvani Profertil/Roullier</i>	Superfosfato Triplo Superfosfato Simples Termofosfato Fosfatos Naturais <i>Cibrafétil Fospar Heringer Yara CVRD</i>	Nacional 52% Importado 48%
POTÁSSIO	Cloreto de Potássio <i>CVRD</i>	Cloreto de Potássio <i>CVRD</i>	Nacional 8% Importado 92%
EMPRESAS	7	8	122

Fonte: “Oficina Sobre Fertilizantes no Brasil”; Parecer nº 0780/2010/RJ COGCE/SEAE/MF; Parecer nº 0784/2010/RJ COGCE/SEAE/MF.

A tabela 04 - baseada na tabela 03 - permite uma visualização da participação cruzada na oferta dos vários produtos no mercado brasileiro após os processos de fusão e aquisição de 2010, descritos anteriormente, cujo fato principal foi entrada da CVRD. A tabela apresenta apenas os

principais participantes, com presença nos segmentos básicos e intermediários, visto que, como se sabe, o segmento final da cadeia (Mistura NPK) é fragmentado. A tabela é também tentativa, pois, conforme sugerem os pareceres da SEAE, a oferta desses produtos poderá ser alterada em função de prováveis modificações nas linhas de produção à medida que o mercado se consolida

Tabela 04 — Participação cruzada na oferta de produtos fertilizantes no Brasil, após 2010.

Empresas	Petrobrás	Fosfertil	Brasken	Proquigel	CVRD	Copebrás	Galvani	Profertil Roullier	Cibrafétil	Fospar	Heringer	Yara
Produtos												
Matérias primas Básicas												
Amônia Anidra	X				X							
Rocha Fosfática		X			X	X	X	X				
Ácido Fosfórico		X										
Ácido Sulfúrico		X			X	X	X	X				
Cloreto de Potássio					X							
Produtos Intermediários												
Sulfato de Amônia			X	X								
Nitrato de Amônia			X	X								
Uréia			X	X	X				X	X	X	X
Superfosfato Triplo					X				X	X	X	X
Superfosfato Simples					X				X	X	X	X
Termofosfato					X				X	X	X	X
Fosfatos Naturais					X				X	X	X	X
Cloreto de Potássio					X							
Produto Final												
Mistura NPK					X				X	X	X	X

Fonte: Fonte: "Oficina Sobre Fertilizantes no Brasil"; Parecer nº 0780/2010/RJ COGCE/SEAE/MF; Parecer nº 0784/2010/RJ COGCE/SEAE/MF.

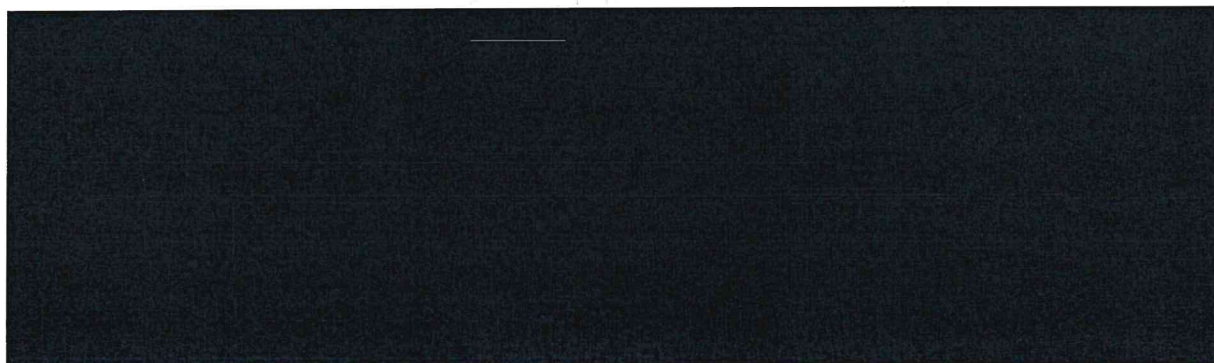
Preços domésticos

Entre 2000 e 2007, a forte expansão da produção agrícola nacional - voltada tanto para o mercado doméstico, quanto para o mercado internacional – contribuiu para uma pressão alta dos preços dos fertilizantes no mercado doméstico. Entretanto, a crise internacional de 2008/09 e a apreciação cambial do Real, no segundo semestre de 2009, tiveram efeitos deflacionários sobre os preços domésticos (tabela 05). O preço médio dos fertilizantes se comportou de forma ascendente no mercado nacional após 2006. O gráfico 03 indica o crescimento real entre 2007 e 2008 (Dez 2007 = 100), com forte desaceleração desde Janeiro de 2009, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas/IPEADATA. Essa queda pode ser creditada aos efeitos da crise financeira internacional que impactou nos preços de várias commodities minerais, matéria-prima para os fertilizantes. Adicionalmente, a baixa demanda por commodities agrícolas nos mercados internacionais, em função da crise econômica, também diminui a demanda por insumos fertilizantes. Nesse período, os produtores nacionais de fertilizantes compostos (NPK) tenderam a utilizar os estoques existentes formados no período de alta, conforme mencionado¹⁴.

¹⁴ Lafis Setorial e Coinvalores, op. cit.

Em 2010, a retomada da demanda agrícola se fez sentir nos preços dos fertilizantes, o índice de preços agregado “Agroanalysis” mostra tendência estável e levemente ascendente em 2010, (gráfico 03). O gráfico 04, com dados do IPA-DI da Fundação Getúlio Vargas, mostra o comportamento de índices de preço de adubos e fertilizantes, de fertilizantes selecionados (super-fosfatos duplos e triplos, fosfato monoamônio -MAP) e de uma matéria-prima (uréia), comparando-os aos preços de dois índices de alimentos, que utilizam fertilizantes no processo produtivo. A tabela 05 também faz essa comparação. O objetivo desse exercício é mostrar a forte alta em 2010, acumulado em 12 meses, em contraposição a deflação apresentada em 2009, comparando os fertilizantes aos alimentos, que vêm apresentando fortes altas (inflação dos alimentos). Na tabela 05, percebe-se que em 2010, a alta acumulada dos alimentos é inferior aos dos fertilizantes compostos. Entretanto, é importante entender a alta acumulada dos fertilizantes acontece a partir de uma base muito baixa em 2009, enquanto os alimentos não apresentaram depressão tão acentuada em 2009. O gráfico 04 indica ligeira alta dos alimentos acima do índice de fertilizantes, no decorrer de 2010

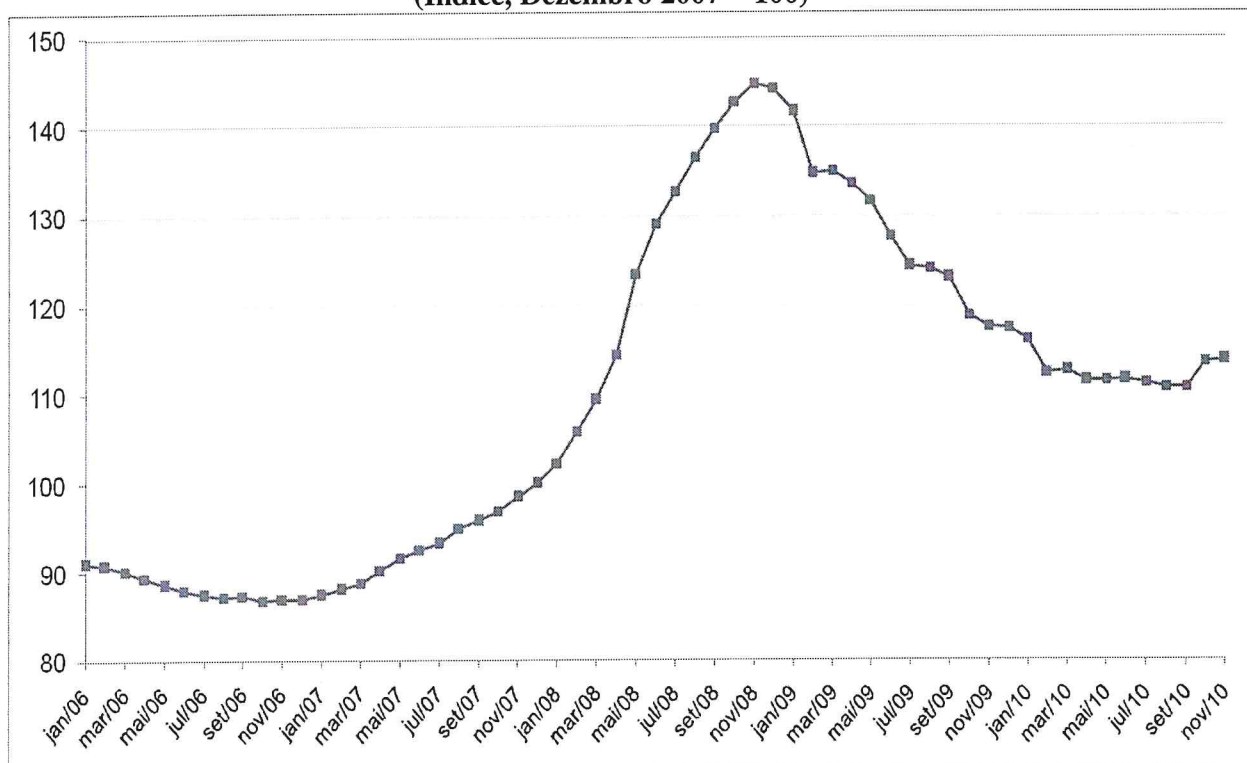
Tabela 05 – Variações Acumuladas (%) no ano de fertilizantes e alimentos (IPA-DI)



Os preços domésticos dos fertilizantes têm comportamento altamente correlacionado aos insumos, rocha fosfática, potássio, petróleo, gás natural e amônia no mercado internacional, refletindo a alta dependência das importações. Os Gráficos 05, 06, 07 e 08 mostram os preços das commodities (minerais e metais, rocha fosfática, potássio, petróleo, alimentos), uréia e fosfato diamônio (DAP) nos mercados internacionais. Conforme mostra o Gráfico 05, com dados mensais, petróleo e minerais tiveram aumentos reais de preço após 2002 (2000 = 100), acima do índice de commodities da UNCTAD e dos índices de alimentos e de commodities agrícolas. Destaque-se também o comportamento da rocha fosfática (principal insumo dos fertilizantes fosfatados), que permanece por longos períodos com o preço estável e experimenta alta acentuada entre maio de 2007 e setembro de 2008. O gráfico 06, com dados anuais do FMI, ressalta o preço dos alimentos,

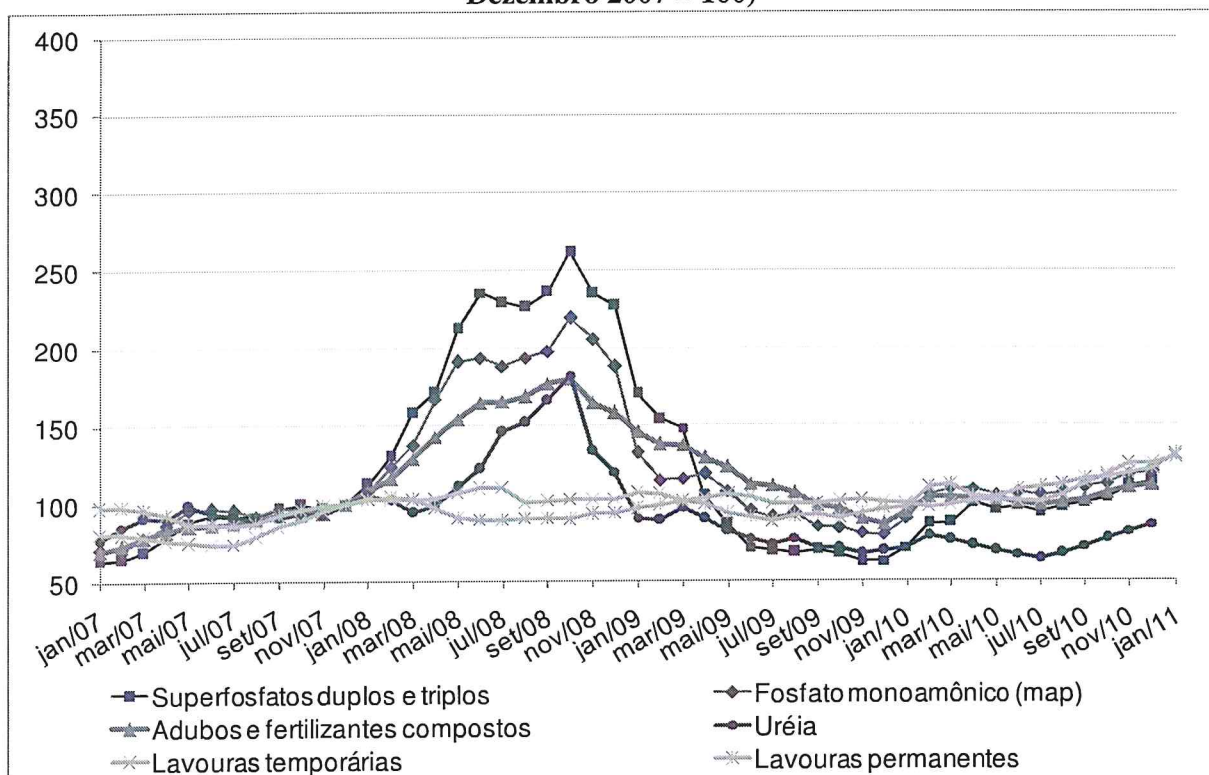
que apesar dos aumentos recentes, encontra-se em patamares inferiores à rocha fosfática e DAP. Finalmente, os gráficos 07 e 08 mostram o comportamento individual dos fertilizantes - uréia e DAP, respectivamente, com dados mensais desde outubro de 2006. A escolha de outubro de 2006 como base (igual a 100) visa ressaltar a forte elevação dos preços em 2007 e primeiro semestre de 2008. Em função da crise internacional, todas essas commodities, e também os fertilizantes, tiveram os preços drasticamente reduzidos após o último trimestre de 2008. Nos últimos dois gráficos (07 e 08), percebe-se a aceleração dos preços a partir do terceiro trimestre de 2009 e a forte recuperação em 2010, já se aproximando, e em alguns meses superando, os níveis de 2007.

Gráfico 03 – Fertilizantes IPA FGV/Agroanalysis, Janeiro de 2006 a Novembro de 2010, (Índice, Dezembro 2007 = 100)



Fonte: Agroanalysis-FGV.

Gráfico 04 - Fertilizantes e alimentos, Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010 (Índice, Dezembro 2007 = 100)



Fonte: IPA/DI- FGV.

Gráfico 05 - Preços internacionais de commodities agrícolas e minerais, Janeiro de 2002 a Outubro 2009, (Índice, Jan 2002 = 100)

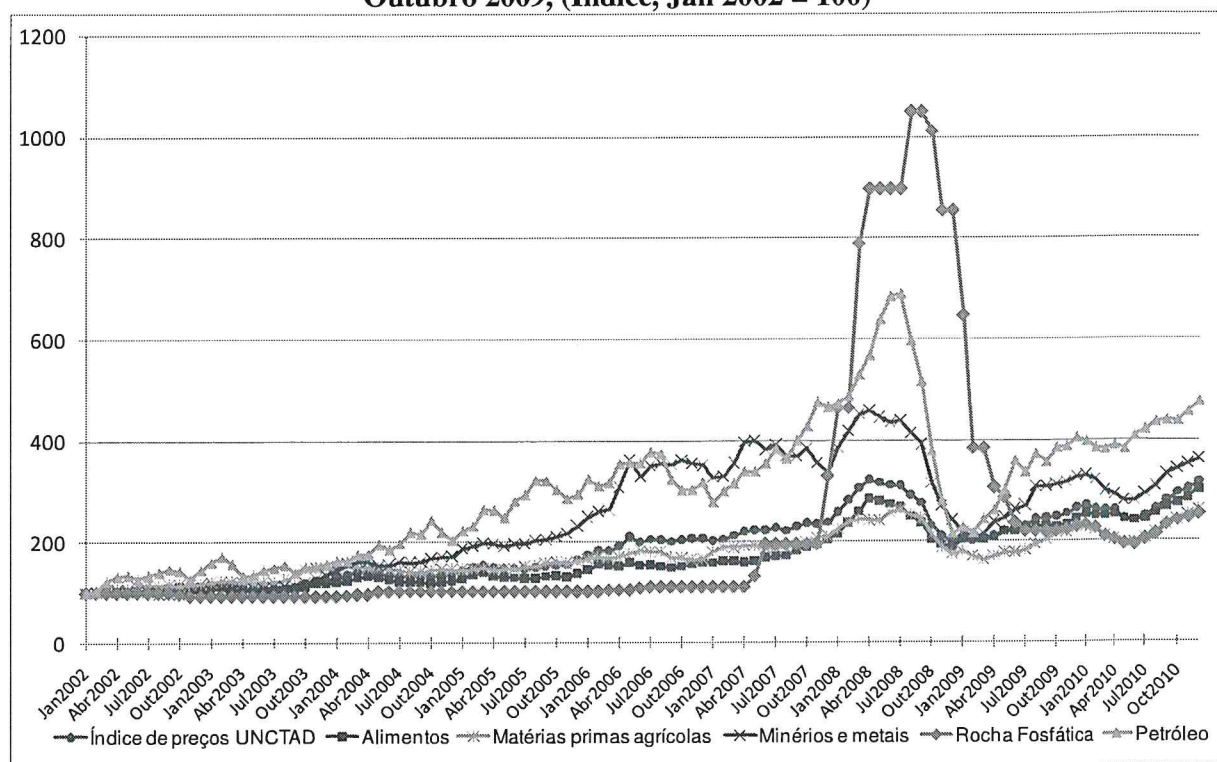


Gráfico 06 - Preços internacionais de fertilizantes selecionados e índice de alimentos, 2000 a 2010, (Índice, 2005 = 100)

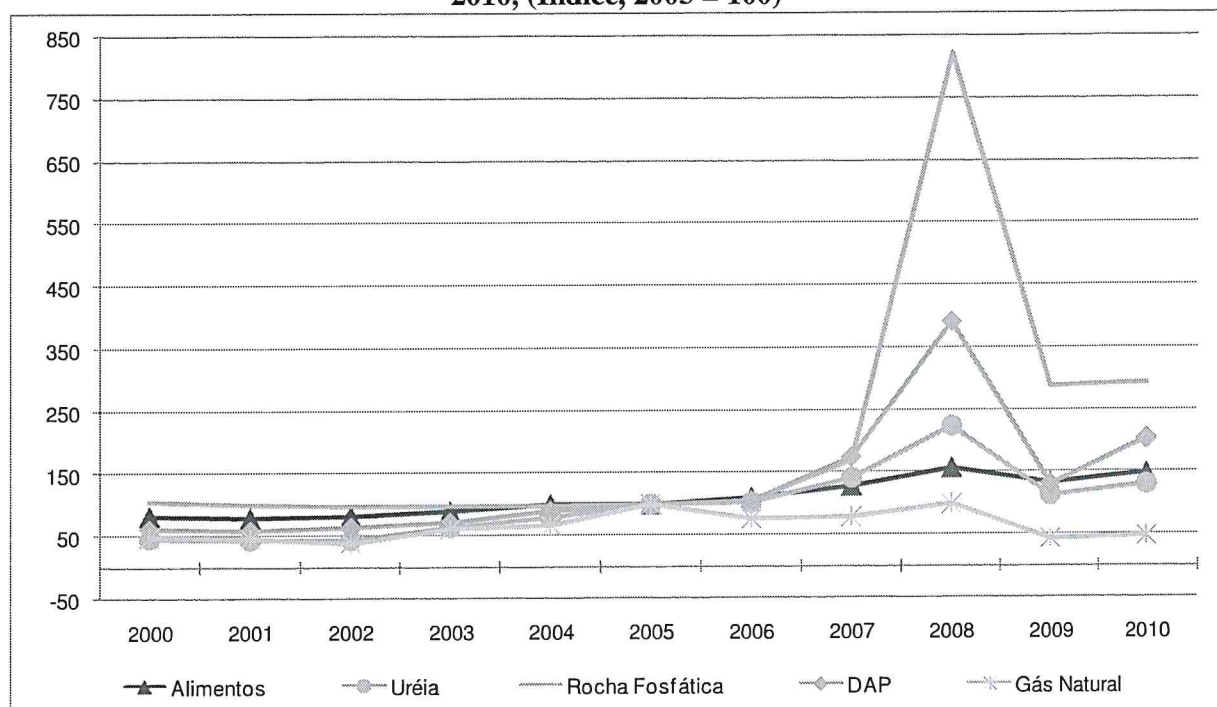
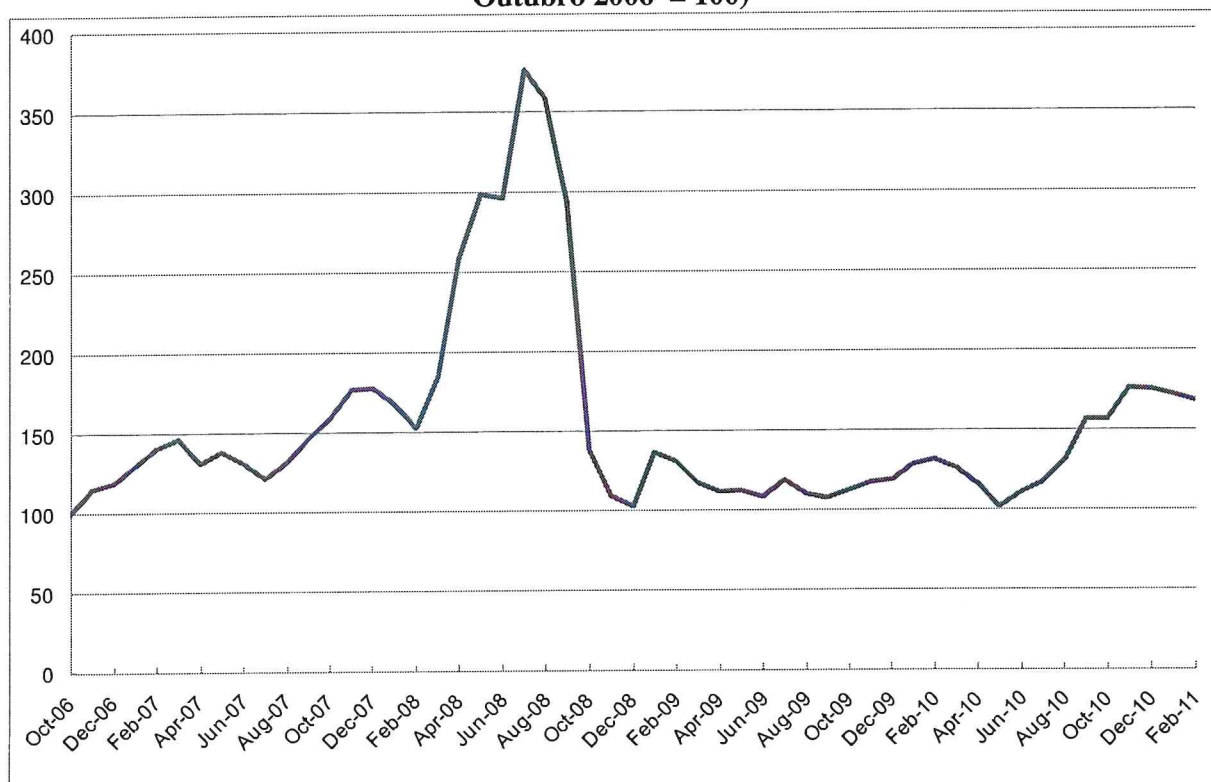
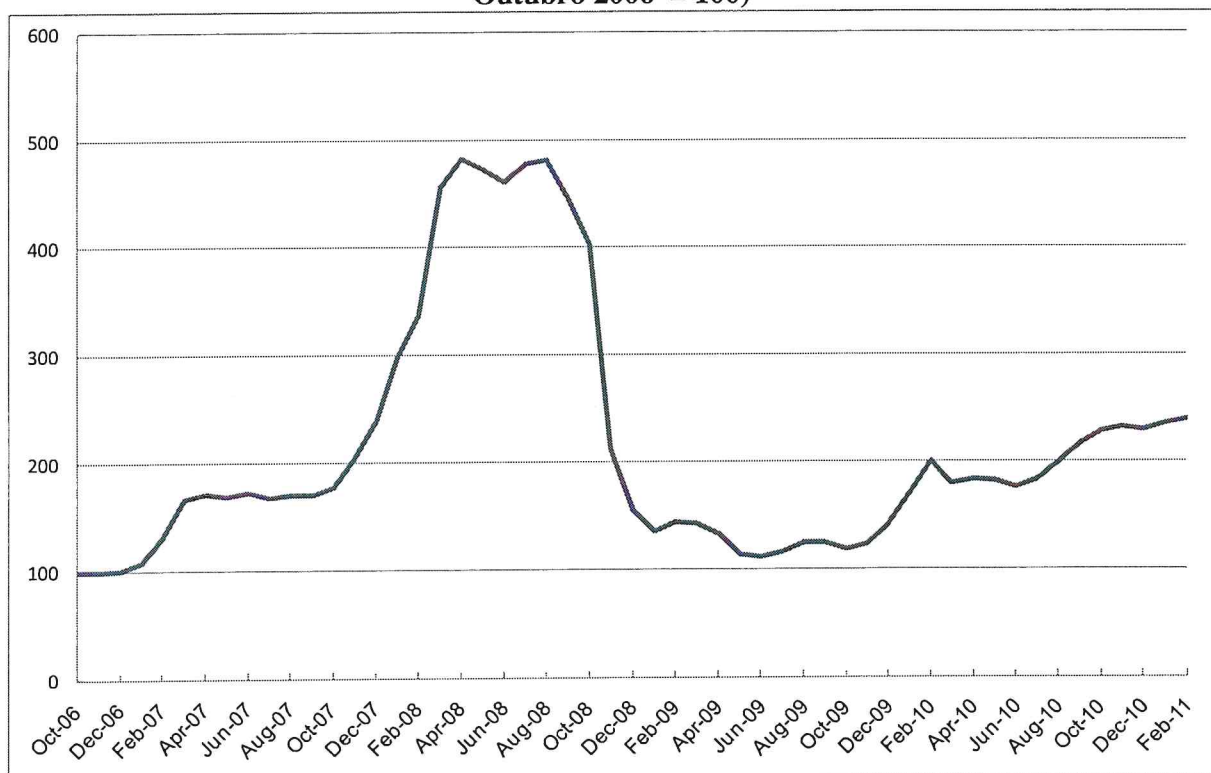


Gráfico 07 - Uréia, Mar Negro (Yuzhnyy), Outubro de 2006 a Dezembro de 2009, (Índice, Outubro 2006 = 100)



Fonte: Reuters

Gráfico 08 - DAP, Golfo do México (Tampa), Outubro de 2006 a Dezembro de 2009, (Índice, Outubro 2006 = 100)

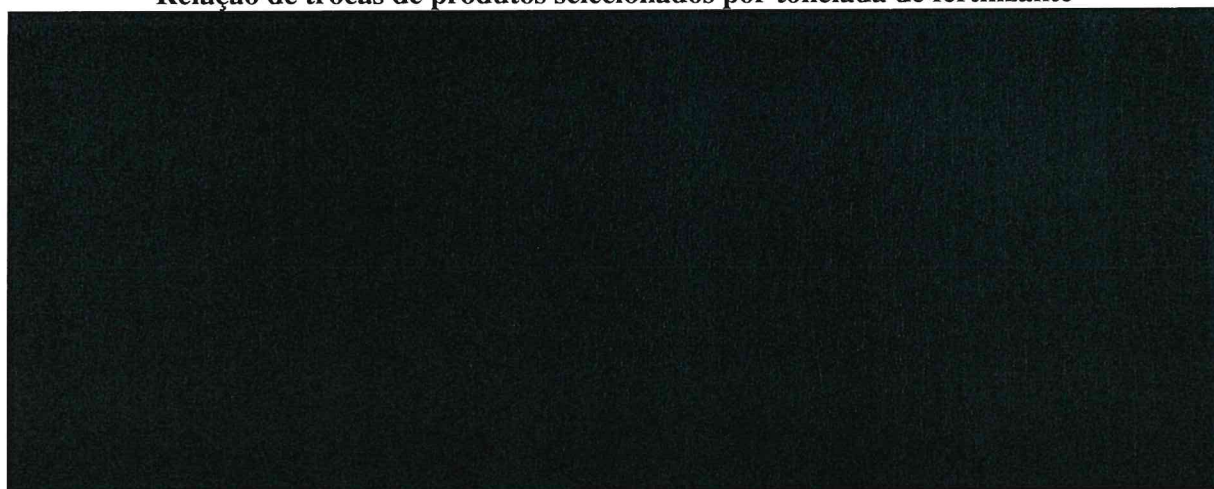


Fonte: Reuters

Além das matérias-primas, devem-se mencionar outros custos para a cadeia produtiva que incidem sobre o preço final dos fertilizantes no mercado doméstico, tais como: i) custos do transporte marítimo; ii) custos portuários; iii) tributos externos e internos; iv) custos de transporte até os centros consumidores. Em relação ao custo de transporte, pesa a alta dependência da infraestrutura logística rodoviária, para o transporte do fertilizante intermediário, dos portos até os formuladores de NPK e os consumidores (produtores agrícolas), localizados no interior do país. Nesse sentido, existe uma proteção natural ao produtor nacional, que é o alto custo da logística.

Finalmente, outro indicador importante para aferir preços dos fertilizantes é a relação de troca entre fertilizantes e produtos agrícolas selecionados. A relação de troca indica a quantidade de produto agrícola necessário para adquirir uma tonelada de fertilizante. Por exemplo, em 2000 eram necessárias 42,3 fardos de algodão (de 15 kg) para adquirir 01 tonelada de fertilizantes; em 2008, essa relação foi de 92,20 fardos para adquirir a mesma tonelada de fertilizante, indicando que houve uma desvalorização do algodão em relação ao fertilizante. A tabela 06 mostra que a relação fertilizante/produto aumentou na maioria das culturas entre 2000 e 2008, significando o aumento relativo dos preços dos fertilizantes no período. Entretanto, percebe-se que houve desvalorização relativa dos fertilizantes face aos principais produtos agrícolas em 2009. Por exemplo, em 2009 eram necessárias apenas 64,5 fardos de algodão para adquirir a tonelada de fertilizante. A queda continuou em 2010, com todos os índices apresentando relações mais favoráveis aos alimentos. Apesar da aceleração recente dos preços dos fertilizantes em 2010, verificou-se a “inflação dos alimentos” em termos de preços relativos no ano.

Tabela 06
Relação de trocas de produtos selecionados por tonelada de fertilizante



Fonte: CONAB/MAPA.

Estrutura tributária

O principal imposto incidente sobre os insumos agrícolas é o ICMS. O setor não recolhe IPI e nem alíquotas de PIS/CONFINS desde 2004. A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, reduziu a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre a importação e receita bruta de vendas no mercado interno de fertilizantes.

A legislação do ICMS define que as alíquotas mínimas, tanto estaduais como interestaduais, é responsabilidade do Senado Federal. O CONFAZ (Conselho Interfazendário, composto por Secretários de Fazenda Estaduais) discute e aprova isenções, benefícios e incentivos fiscais, reduções de base de cálculo, entre outros benefícios. A concessão dos benefícios fiscais depende de decisão unânime desse órgão colegiado e, para revogação, há necessidade de 4/5 dos representantes presentes. Os estados definem a alíquota interna, respeitado o limite do Senado. No caso dos insumos agrícolas, o Convênio ICMS 100/97, prorrogado pelo convênio nº 138 de 05/12/2008, dispõe que o ICMS interestadual deve ser deduzido da base de cálculo em 60% ou 30%, conforme o produto. A configuração do ICMS interestadual é a seguinte:

- a) para **ácido nítrico, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, rocha fosfática e enxofre** vigora a redução de 60% da base de cálculo, qualquer que seja a região brasileira considerada. Nas operações com origem nas regiões Sudeste (exceto o Espírito Santo) e Sul, com destino às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a alíquota interestadual é de 7%; nas demais regiões a alíquota interestadual é de 12%;
- b) para **amônia, uréia, sulfato de amônia, nitrocálcio, MAP, DAP, cloreto de potássio, adubo simples ou composto e demais fertilizantes** vigora a redução de 30% da base de cálculo qualquer que seja a região brasileira considerada. Nas operações com origem nas regiões Sudeste (exceto o ES) e Sul, com destino às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a alíquota interestadual é de 7%; nas demais regiões a alíquota interestadual é de 12%.

O mesmo convênio ICMS 100/97 autorizou a concessão de isenção ou redução de base de cálculo nas operações internas (intraestaduais). Atualmente, o ICMS está isento nos estados de São Paulo e Goiás, ou diferido em Minas Gerais e Paraná, nas operações internas.

O ICMS é um sistema híbrido de arrecadação combinando cobrança na origem e no destino. Dentro da cadeia de fertilizantes a cobrança de ICMS gera, portanto, uma estrutura de créditos e débitos que se diferencia dependendo da origem da matéria-prima e de seu destino. As indústrias que comprem insumos para produzir fertilizante geram um crédito, que poderá ser parcialmente compensado caso seja realizada uma venda interestadual, promovendo um débito de ICMS. Caso a indústria realize a venda dentro do estado, não haverá como compensar o crédito acumulado na compra dos insumos.

O produto importado pagava, até março de 2006, imposto de importação de 4% na matéria prima e 0% a 2% no produto intermediário (fertilizantes simples). O imposto de importação foi reduzido a 0% pelo mecanismo de Lista de Exceção à TEC do Mercosul (ver Tabela 07, para o histórico dos fertilizantes na TEC). A redução tarifária de alguns produtos visou atender também às diretrizes da Organização Mundial de Comércio, que impedem cobrança de ICMS sobre o produto importado para operações internas nos estados, caso o produto nacional não o seja¹⁵. Assim, não existe cobrança de ICMS se o importador estiver no mesmo estado consumidor. Dessa forma, não há isonomia entre o produto nacional e o importado, pois enquanto o produto importado é isento de ICMS, o produto nacional é tributado nas operações interestaduais entre 4,95% a 8,40%. As tabelas 07 e 08 mostram o ICMS cobrado nas operações interestaduais em fertilizantes

Tabela 07 - ICMS incidente nas operações interestaduais - Nitrogenados

Estados Produtores	Estados Consumidores								
	BA	GO	PR	SP	MG	MT	MS	SC	RS
SP	4,9	4,9	8,4		8,4	4,9	4,9	8,4	8,4
PR	4,9	4,9		8,4	8,4	4,9	4,9	8,4	8,4
BA		8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4

Fonte: Associação Nacional dos Difusores de Adubos - ANDA

Tabela 08 - ICMS incidente nas operações interestaduais - Fosfatados

Estados Produtores	Estados Consumidores								
	BA	GO	PR	SP	MG	MT	MS	SC	RS
MG	4,9	4,9	8,4	8,4		4,9	4,9	8,4	8,4
SP	4,9	4,9	8,4		8,4	4,9	4,9	8,4	8,4
PR	4,9	4,9		8,4	8,4	4,9	4,9	8,4	8,4
GO	8,4		8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4
BA		8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4

Fonte: Associação Nacional dos Difusores de Adubos - ANDA

Adicionalmente, o setor paga alíquota de 2%, de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEN), que incide sobre o valor final da receita total após a venda do produto, cobrado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), pela lavra de recursos minerais nos municípios brasileiros, do qual parcela de arrecadação destina-se às prefeituras. O setor recolhe também o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), tarifa de 25% cobrada sobre o valor do frete.

¹⁵ “Demanda e oferta de fertilizantes no Brasil: Uma Avaliação da dependência externa da agricultura brasileira”, MPAGro, Novembro de 2007.

Investimentos

Não obstante o perfil concentrado da indústria, a forte demanda por fertilizantes por parte do agronegócio brasileiro indica a perspectiva futura de lucros e tem induzido novos “entrantes” e maiores investimentos. A CVRD, por exemplo, sinaliza com a possibilidade de um futuro IPO, e evidencia o desejo de se consolidar no mercado de fertilizantes. Além da intenção de concentrar os ativos (adquirindo plantas de nitrogênio, potássio e fósforo), a companhia tem estratégia de ampliação de *market share* amparada nos planos de investimentos. Os investimentos destinados a projetos de fertilizantes representam 10,4% do plano anual de investimentos, correspondendo a US\$ 2,5 bilhões para 2011, segundo a Consultoria Coinvalores¹⁶.

Algumas publicações especializadas têm reportado estimativas de investimentos. A divulgação de dados sobre projetos de investimentos, entretanto, é limitada, em razão de estratégias empresariais sigilosas. Nesse sentido, o periódico “Brasil Mineral” informou que o grupo canadense MBAC Fertilizers está iniciando exploração de lavras de fosfato no Tocantins e em Goiás – após a aquisição da Itafós. A mesma companhia tem projetos de exploração de potássio na Amazônia e em águas de baixa profundidade, aproveitando-se das informações sobre depósitos de potássio existentes na Agência Nacional de Petróleo (ANP), derivadas da prospecção de petróleo pela Petrobrás. A Ultrafértil, antes da mudança de controle para a CVRD, já anunciava planos de investimento, como uma nova fábrica de amônia e uréia, com capacidade para produzir 1 milhão de toneladas de cada um dos insumos. A decisão sobre o início do empreendimento depende da garantia de gás natural a preços mais adequados do que os que estão sendo atualmente praticados pela Petrobrás, em torno de US\$ 9,0/Mbtu¹⁷. O suprimento de derivados do petróleo – é um dos principais gargalos na área de nitrogenados. Segundo o SINPRIFERTI, o valor pago nos projetos na Venezuela e Argentina está em torno de US\$ 1,00 e US\$ 2,70 Mbtu respectivamente. O documento “Oficina sobre fertilizantes” ressalta o relativo baixo uso de nitrogenados no Brasil em comparação a outros grandes consumidores de fertilizantes no mundo e recomenda o aumento do seu uso.

Além dos planos mencionados da CVRD, listamos alguns dos planos e estratégias de investimentos, publicados em relatórios de acompanhamento de mercado¹⁸:

- O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) do governo brasileiro disponibilizará R\$ 11,2 bilhões, concentrando 80% dos recursos entre 2011 e 2014. Entre os projetos a ampliação das plantas de Três Lagoas (MG), o complexo químico de Linhares (ES), a fábrica de amônia em Uberaba (MG) e de sulfato de amônio em Laranjeiras (SE).

¹⁶ Coinvalores Análise de Resultados. “Vale Fertilizantes”, Novembro de 2010.

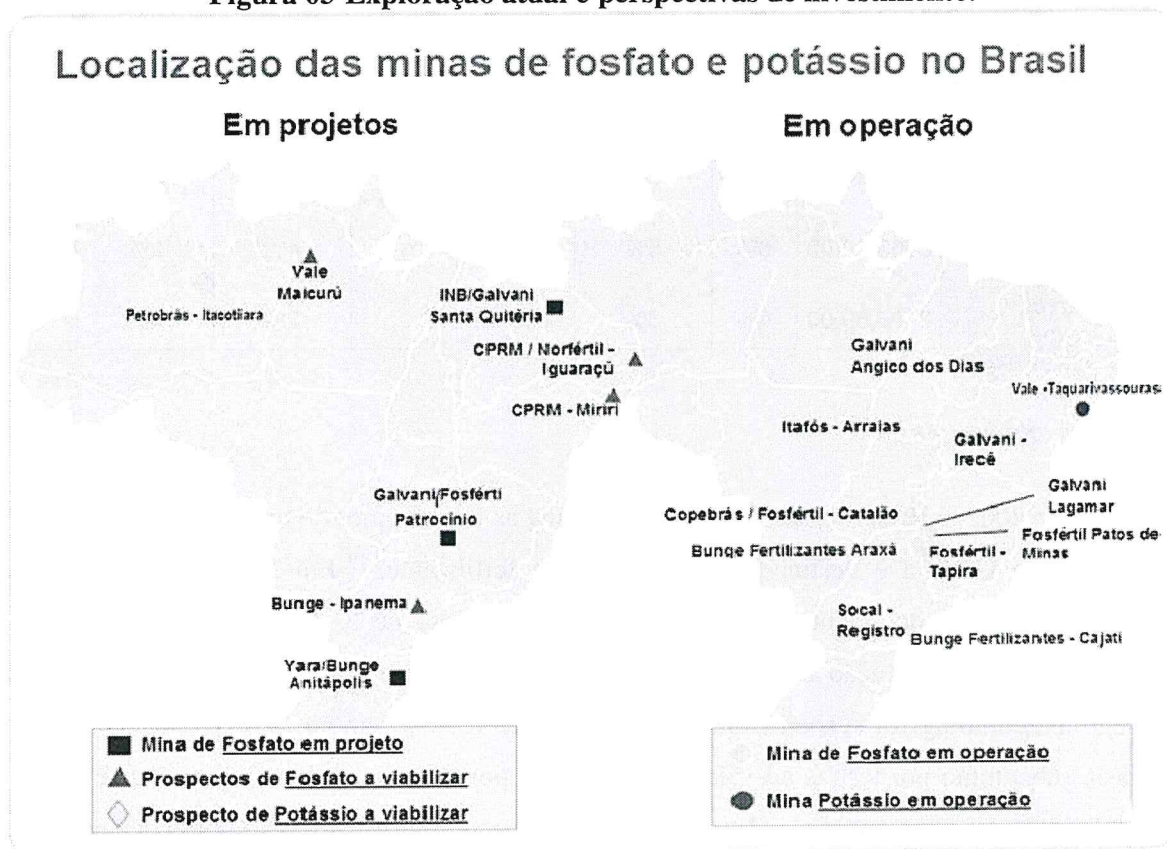
¹⁷ Ver “Mesmo com a escalada do agronegócio, País continua dependendo de importações”. *BRASIL MINERAL*, - nº 288 - Setembro de 2009.

¹⁸ Austin Setorial. “Análise Setorial de Fertilizantes”, São Paulo, Outubro de 2010.

- O BNDES não divulga dados desagregados para o segmento de fertilizantes, mas os desembolsos concedidos ao setor químico são uma aproximação. Nesse sentido os aportes ao setor químico cresceram de 2,275 bilhões em 2009 para 3,798 bilhões em 2010.
- Fora do Brasil a empresa australiana BHP Billington investiu no setor de potássio no Canadá e tenta o controle completo da canadense Potash, a maior produtora de potássio mundial. Não existem projetos dessa empresa no Brasil, todavia.

A figura 02 abaixo, retirada do periódico “Brasil Mineral”, demonstra as atuais regiões de prospecção dos elementos fosfato e potássio e as perspectivas de novos projetos de exploração, bem como as empresas envolvidas. Na figura fica claro que as principais áreas de exploração atual são relativamente próximas aos centros consumidores no Centro-Sul do país, enquanto a prospecção de novas minas está sendo feita em regiões afastadas (Amazônia), o que certamente torna mais caro e demorado o investimento produtivo. Como citado anteriormente, a recente aquisição de ativos de fertilizantes pela CRVD provavelmente implicará em novos investimentos. Nessa linha, a crescente demanda por potássio poderá induzir a Petrobrás a iniciar prospecções na mina de Itacotiara no Amazonas. Entretanto, não existem estatísticas precisas divulgadas por essas e por outras empresas sobre cronogramas e valores a serem investidos.

Figura 03-Exploração atual e perspectivas de investimento.



Fonte: BRASIL MINERAL

4 - COMÉRCIO INTERNACIONAL

Imposto de Importação para Fertilizantes na TEC e Lista de Exceções

A alíquota máxima do imposto de importação em vigor para fertilizantes constantes nas 40 posições do Capítulo 31 da TEC - Tarifa Externa Comum é de 6%. Do total de 40 posições, 22 estão contemplados com alíquota zero (10 nitrogenados, 04 fosfatados, 06 potássicos e 02 formulados), 07 com alíquota de 4% (01 de origem animal ou vegetal, 02 nitrogenados e 04 formulados) e 10 com alíquota de 6% (01 nitrogenado, 03 fosfatados, 01 potássico e 05 formulados). Atualmente, todos os 40 itens do capítulo estão zerados. A Lista de Exceções à TEC contempla ainda reduções tarifárias de 0% para as importações brasileiras de matérias primas para fertilizantes, como o Ácido Sulfúrico, (NCM 28070010), ácido fosfórico e outros (NCM 28092019) e fosfato bicálcio (NCM 2835.25.00).

Tabela 09 - Lista de Exceção Fertilizantes – Histórico de Inclusão na Lista de Exceção

PRODUTOS	NCM	TEC	Resolução CAMEX nº 42 01.2002	2003	Resolução CAMEX nº 22 07.2004	Resolução CAMEX nº 5 03.2005	Resolução CAMEX nº 26 08.2005	Resolução CAMEX nº 4 03.2006
Uréia	3102.10.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Sulfato de amônio	3102.21.00	4%	3%	3%	2%	2%	2%	0
Superfosfato Simples	3103.10.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Superfosfato Triplo	3103.10.30	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fosfato Diamônio (DAP)	3105.30.10	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fosfato Monoamônio (MAP)	3105.40.00	6%	5%	5%	4%	4%	2%	0
Fertilizantes Complexos	3105.59.00	4%	3%	3%	2%	2%	2%	0

Fonte: SINPRIFERTI

Medidas antidumping

Em 2002, o Brasil impôs direito antidumping às importações do nitrato de amônio originário da Rússia e Ucrânia e destinado à fabricação de fertilizante.¹⁹ Em 2005, revisou-se o direito antidumping aplicado, mantendo-o em vigor com alíquota de 32,1%, à exceção das empresas mencionadas na Resolução Camex nº 17, de 22/06/2005 cujo direito passou a 0%. Em 2008, o direito antidumping foi suspenso por pressão dos setores consumidores, capitaneados pela AMA Brasil, substituído por tarifas ad-valorem recolhidos por um ano. A Resolução CAMEX nº 71, de 04/11/2008, encerrou a revisão dos direitos antidumping aplicados nas importações de nitrato de

¹⁹ Resolução CAMEX nº 29, de 18/11/2002, publicada no D.O.U de 21/11/2002.

amônio e de nitrato de amônio estabilizado (binário), classificados nos itens 3102.30.00, 3105.51.00 e 3105.59.00 da NCM, originárias da Federação Russa e da Ucrânia.

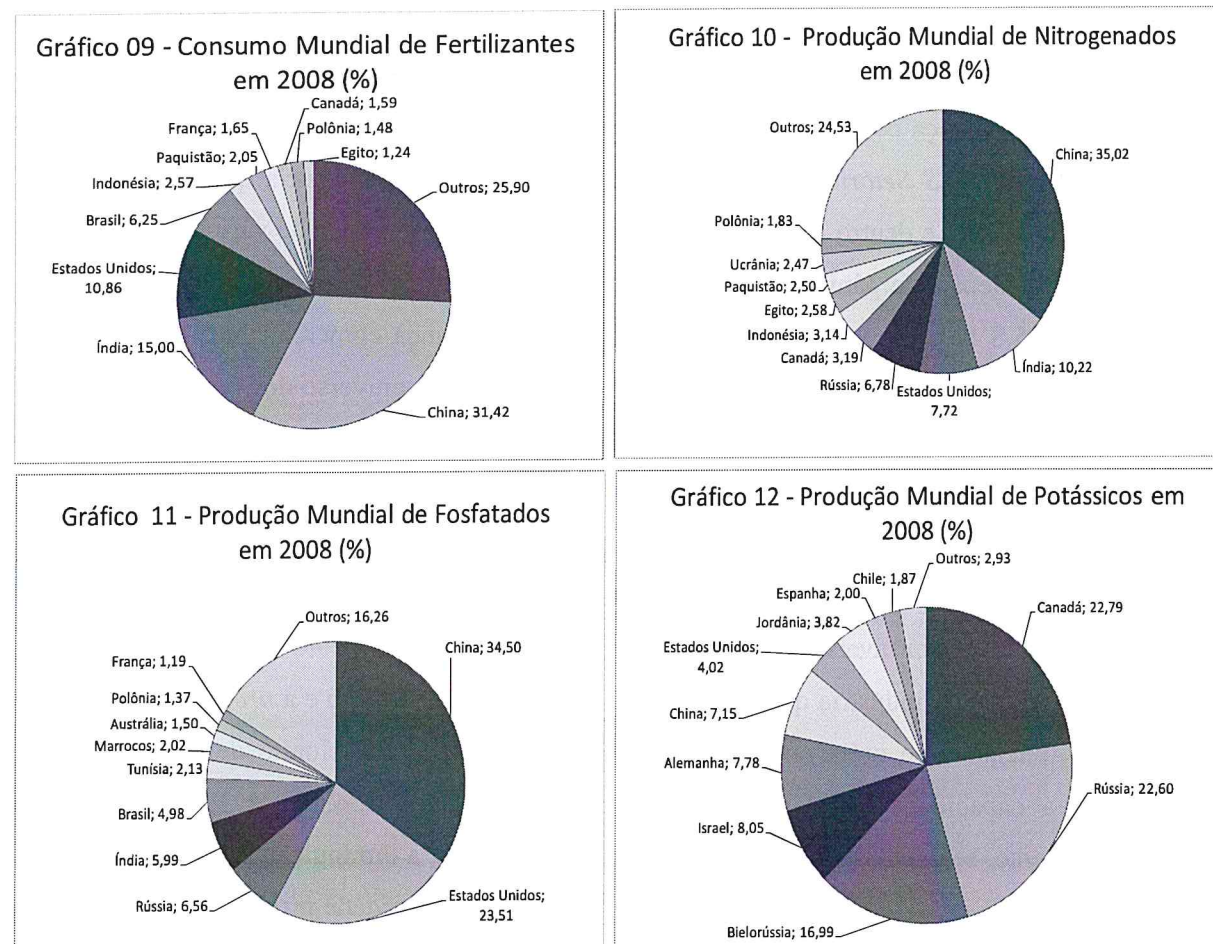
Importações

A dependência brasileira dos fertilizantes importados é notória, conforme os dados apresentados na seção 02 e da tabela 01. É necessário ter em perspectiva o peso relativo dos fertilizantes na balança comercial brasileira, especialmente no setor químico. O trabalho de Bastos et al (2009), *BNDES Setorial*, discute a importância relativa da indústria química para o déficit comercial brasileiro, e dentro do universo de produtos químicos, o peso de vários segmentos, como químicos orgânicos, inorgânicos, elastômeros e resinas. Em 2009, as importações de químicos foram US\$ 25,8 bilhões, valor equivalente ao saldo da balança comercial brasileiro no ano, isto após o recorde de US\$ 34 bilhões de importações em 2008. No universo dos produtos químicos, os produtos inorgânicos, onde estão incluídos os fertilizantes, foram responsáveis por 22,36% do total importado em 2009. Dentre do subgrupo “químicos inorgânicos”, os “intermediários para fertilizantes” e os “adubos e fertilizantes” foram responsáveis por 15,89% do total importado pela indústria química em 2009. Dentro do segmento de “intermediários para fertilizantes”, apenas dois produtos foram responsáveis por 68% das importações do segmento e 12,7% por cento das importações totais da indústria química. São eles o *cloreto de potássio* e a *uréia*. Foram importadas 1.940.000 toneladas de uréia em 2009 e 3.416.000 toneladas de cloreto de potássio em 2009, enquanto, a capacidade instalada desses produtos no país é 854.500 e 1.719.000 toneladas, respectivamente, segundo dados da ABIQUIM. Dessa forma, a diminuição do déficit comercial da indústria química passa, necessariamente, pelo aumento da capacidade produtiva de fertilizantes no país.

Cenário mundial

Os Gráficos 09 a 12 indicam como estão distribuídos o consumo e a produção de fertilizantes no mundo em 2008, com dados da Food and Agriculture Organization - FAO, agência da Organização das Nações Unidas. Segundo os dados, o consumo atingiu o volume de 161 milhões de toneladas e o Brasil foi o 4º maior consumidor, respondendo por 6,25% do total global. A China destacou-se como o maior consumidor mundial, com participação de 31,42%, ficando a Índia em terceiro lugar, consumindo 15,0%, com os Estados Unidos, até recentemente o segundo mercado consumidor, passando para o terceiro lugar, com 10,86%. Os gráficos mostram também os principais países produtores mundiais. Além de maiores consumidores mundiais de fertilizantes, a China, os Estados Unidos e a Índia são também os maiores produtores de nitrogenados, respondendo por 35,02%, 10,22% e 7,22%, respectivamente, da produção global. A Rússia se

destaca como importante produtora de potássicos e de nitrogenados. Destaque-se o fato de o Brasil ser o quinto mercado consumidor de fertilizantes, mas ser um grande produtor apenas de fertilizantes fosfatados, ocupando a quinta posição em 2008.



Fonte: FAO

A indústria de fertilizantes é relativamente concentrada em todo o mundo, tanto em termos de países, como de firmas. Em função da dotação de fatores naturais, a produção é relativamente estável. Por outro lado, o mercado internacional passou por pressões competitivas recentemente, uma vez que as firmas tradicionais “incumbentes” tiveram sua posição dominante contestada por novas empresas “entrantes”²⁰. Similarmente, há uma modificação nos países produtores e consumidores, com a forte ascensão de China e Índia, bem como mudanças nos fluxos de importação e exportação. Vamos descrever esse quadro.

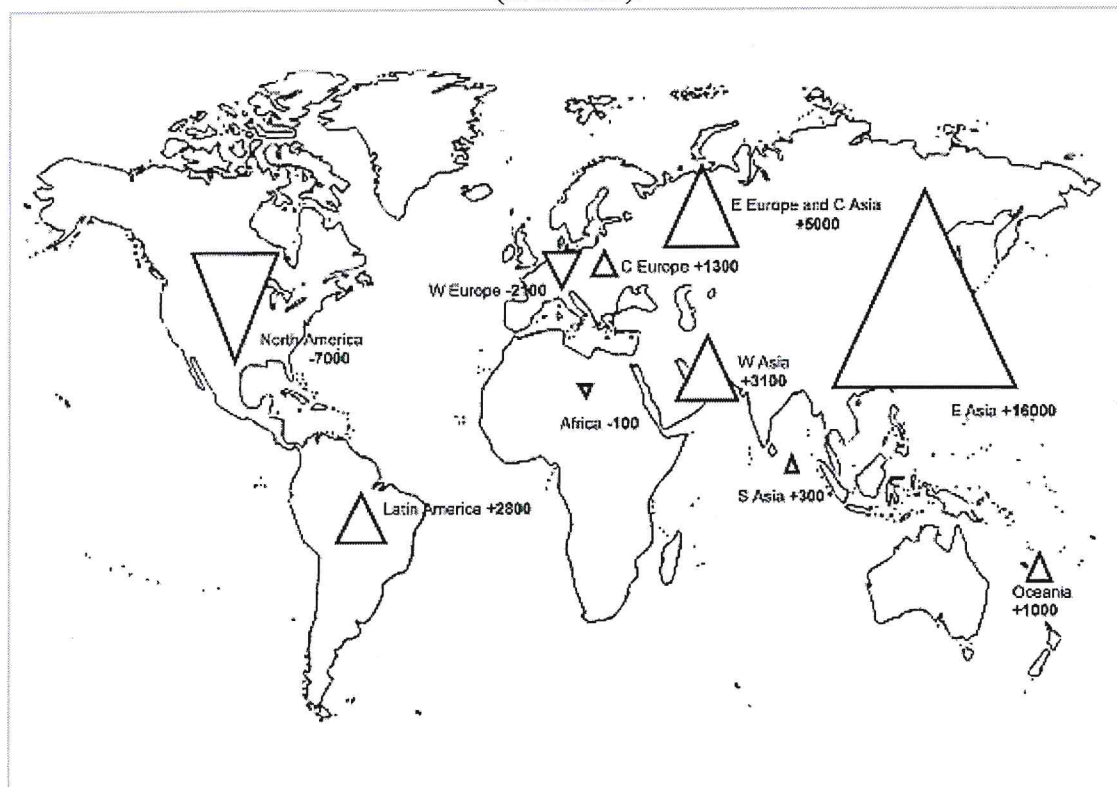
Na última década foi perceptível mudança relativa no consumo e produção de fertilizantes nitrogenados: Ásia, Europa Oriental e América Latina tiveram aumento acentuado na produção e consumo de amônia, em relação à Europa Ocidental e à América do Norte. Nas figuras 03 e 04 são

²⁰ Arovuori, Kyösti e Hanna Karikallio, “Consumption Pattern and Competition in the World Fertilizer Markets”, trabalho apresentado no Symposium of the International Food and Agribusiness Management Association, Junho de 2009, Budapeste, Hungria.

apresentadas as mudanças na produção e consumo de amônia no período 1999-2006 por região do mundo. Comparando as informações das figuras 03 e 04 verificam-se as mudanças nas exportações líquidas em cada região no período. América Latina, Europa do Leste e Ásia Central e Ocidental aumentaram suas exportações enquanto América do Norte e Ásia Meridional têm sido os maiores importadores de amônia. De maneira geral, o papel da Europa Ocidental como produtora e consumidora de nitrogenados tem diminuído ao longo dos anos²¹.

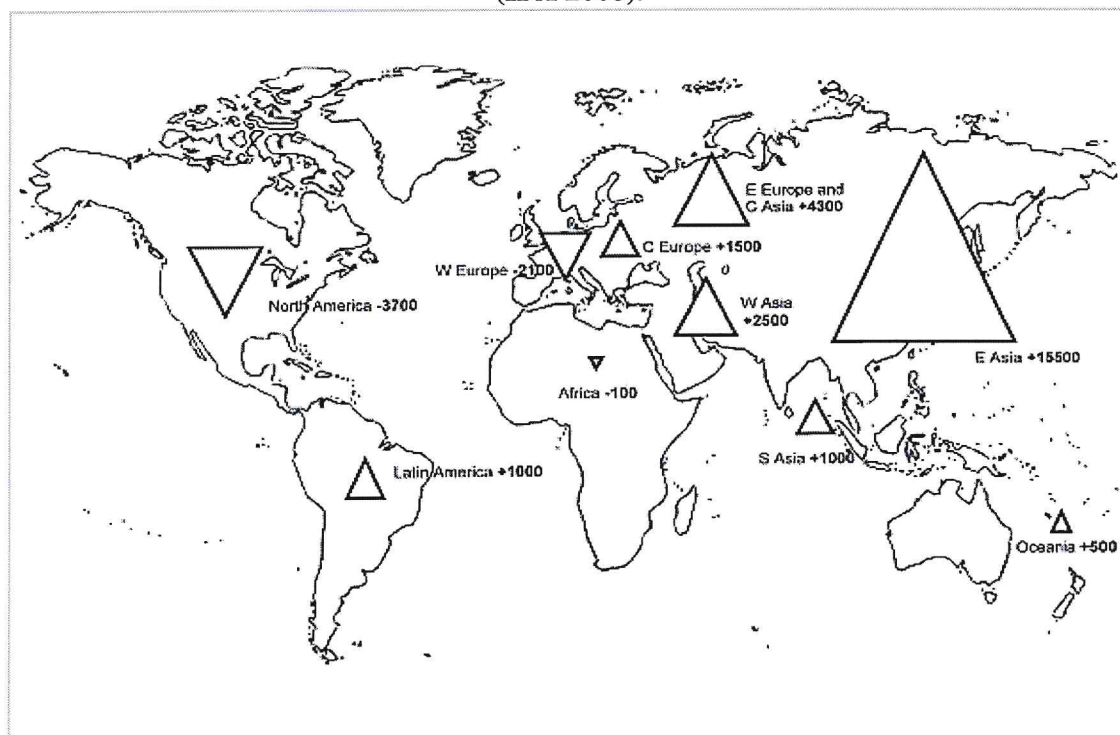
²¹ Arovuori e Karikallio, op. cit.

Figura 04 - Mudanças na Produção de Amônia entre 1999 a 2006 por região (1000 toneladas) (IFA 2008).



Fonte: Arovuori e Karikallio

Figura 05 - Mudanças no Consumo de Amônia entre 1999 a 2006 por região (1000 toneladas) (IFA 2008).



Fonte: Arovuori e Karikallio

A totalidade dos fertilizantes fosfatados é derivada da rocha fosfática, na forma de ácido fosfórico, que por sua vez é obtido pela reação da rocha com o ácido sulfúrico. Os Estados Unidos, o Marrocos e a Índia são os maiores produtores mundiais de rocha fosfática e responsáveis por cerca de 60% da produção mundial. No caso do ácido sulfúrico, os maiores produtores são os Estados Unidos, a China, o Marrocos e a Rússia, que respondem juntos por cerca de 50% da produção mundial. O minério de potássio é produzido em poucos países onde as reservas econômicas do minério são encontradas, como Canadá, Rússia e Bielorrússia. Esses três países respondem por mais de 60% da produção e cerca de 70% das exportações mundiais desse mineral. Atualmente, os maiores importadores do mineral são a China, responsável por 14% das importações mundiais e a Índia, responsável por 8%.

Os dados mostram que a oferta mundial de insumos para fertilizantes é concentrada em poucos países produtores. A oferta é também limitada por motivos de ordem técnica (alto custo do investimento em mineração e energia) e geográfica (dotação de recursos naturais). Esses aspectos são cruciais para explicar a alta recente dos preços internacionais no período 2002-2007, visto que houve aumento do consumo de insumos de fertilizantes - a demanda mundial foi capitaneada pelo acelerado crescimento das economias de China e Índia - enquanto a oferta permaneceu limitada. Soma-se ainda o fato de o setor depender maciçamente de petróleo e derivados como insumos, que também passaram por aumentos de preços reais no mercado internacional. Conforme visto nos gráficos 05 e 06, o mercado internacional passa por momento de recuperação pós-crise, com pressão sobre preços.

O relatório da FAO²², embora escrito em um cenário pré-crise internacional, afirma que a alta dos preços das commodities nos últimos anos aumentou a produção e consumo de fertilizantes, refletindo em mercados com pouca margem de manobra e preços maiores. O relatório afirma que, mesmo com a demanda aquecida por alimentos básicos, alimentos de maior valor (frutas e vegetais), produtos animais e grãos usados na produção de biocombustíveis, a oferta mundial de fertilizantes deverá ser capaz de sustentar a produção agrícola até 2010-2012. Em nível global, espera-se ampla oferta dos três nutrientes. Há expectativa de superávits na produção de nitrogênio e fosfato, enquanto o potássio se manterá estável. Conforme a FAO, a África manter-se-á como importante fornecedora de fosfato e aumentará sua produção de nitrogênio, enquanto importará fósforo. O Hemisfério Ocidental continuará como um importador líquido de nitrogênio e se caracterizará pelo maior déficit em fosfato, enquanto se manterá como fornecedor primário de potássio. A partir de um pequeno déficit, espera-se que a Ásia aumente rapidamente seu superávit em nitrogênio, mas continuará ser importador líquido fósforo e potássio. Segundo as previsões, a

²² "Current world fertilizer trends and outlook to 2011/12", FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, Rome, 2008.

Europa (Ocidental e Oriental), incluindo Rússia e Ucrânia, continuará sendo um importante exportador mundial de nitrogênio e potássio e terá superávit em fosfato, embora decrescente.

De forma geral, as mudanças no consumo e na produção têm influenciado a estrutura de concorrência no mercado internacional. Tendo como referência o trabalho de Arovuori e Karikallio, doravante AK (2009), descreve-se, brevemente, a situação concorrencial do mercado mundial de fertilizantes. Atualmente, as cinco principais empresas mundo são: Yara (Noruega), Mosaic (EUA), Agrium, Inc (Canadá), Potash Corporation (Canadá) e The Kali & Salz Group – K+S (Alemanha). Apenas as duas primeiras operam no Brasil, e CVRD adquiriu participação acionária nas operações de fertilizantes de ambas. Em termos de segmentação na produção dos nutrientes, em geral, as empresas atuam nos três produtos, mas existem especializações: em nitrogênio, as principais são Yara, Agrium e Potash, esta última em menor escala; em fosfato, Mosaic é empresa dominante, junto com Potash, esta última também em menor escala; em fósforo, a Potash e K + S são as líderes, seguidas da Mosaic. A Yara não atua em potássio e a K + S não atua em fosfato.

A divisão de mercado (market share) global dessas cinco principais empresas permaneceu relativamente estável nos últimos anos. A parcela de produção das empresas somadas foi de 27% em 2002, 30% em 2006 e 33% em 2007. Em conjunto, o market share das principais empresas é pequeno. O índice HHI de concentração em 2007 é inferior a 250 indicando um mercado pouco concentrado.

Um argumento utilizado pelas empresas do mercado brasileiro diz respeito à compressão das margens de lucro em função da concorrência internacional. Segundo AK (2009), a lucratividade na indústria de fertilizantes é volátil, indicando que o mercado é sensível às flutuações conjunturais. Fatores que afetam o desempenho das firmas incluem a construção de novas plantas de produção, o rendimento na operação das plantas produtivas em atividade, condições de mercado nos mercados de grão e de matérias primas – como foi visto na recente crise internacional - e a intervenção governamental. A lucratividade – medida em termos de lucros após impostos nas vendas anuais – das cinco principais empresas variou de -5% a 22% no período 2000-2007. O ano de 2007 foi considerando o melhor do século em termos de lucratividade.

Do ponto de vista da competição entre firmas, AK (2009) afirmam que o mercado de fertilizantes possui algumas características estáveis, mas existe um processo de “desafio” das firmas estabelecidas (*incumbents*) por novas “entrantes” (*challengers*), conforme a Tabela 10. Entre as empresas “*challengers*” está a CVRD, que desponta como importante competidora no mercado regional da América Latina. Comparando algumas variáveis das empresas (produção, lucro operacional, lucro líquido, balanço final) e utilizando dados de 2004 a 2007, os autores afirmam que existe um relativo processo de alteração das posições dominantes no mercado global, mas não a

ponto de alterar o *market share* de produção. Em 2006, esse *market share* foi: 05 principais firmas (30%); 08 principais “*challengers*” (22%); outras empresas (42%).

Tabela 10 – Principais firmas no mercado internacional



Fonte: Arovuori & Karikallio, 2009

Em conclusão, AK (2009) afirmam que as cinco maiores firmas enfrentam flutuações e pressões competitivas no mercado de fertilizantes. O equilíbrio entre oferta e demanda, e, portanto, os preços, não podem ser influenciados por nenhum produtor individual. A indústria opera em um mercado de escala global, no qual apenas empresas aptas a aumentar a produtividade podem prosperar. Se por um lado, a produção dos elementos químicos é bastante concentrada em poucos países, por outro, quando se observa à alocação da indústria, não existe posição dominante no mercado internacional. Percebe-se que a produção é relativamente pulverizada nos mercados domésticos, sendo estes geralmente dominados por empresas de atuação apenas nacional, e contestadas pelas importações²³. O relatório MPAgro coincide com a posição de Arovuori e Karikallio ao afirmar que inexistia uma multinacional que domine o mercado doméstico de vários países do mundo. Ressalte-se o recente aumento da competição no mercado internacional, inclusive, com o surgimento de “*challengers*”, decorrente da maior participação de empresas de países emergentes no comércio internacional de químicos. O relatório da OCDE enfatiza a crescente importância do fluxo comercial “sul-sul” no comércio internacional de insumos químicos, inclusive fertilizantes²⁴. Por outro lado, a competição acirrada com os importados, em mercados com empresas de atuação majoritariamente nacional, incitou reações por parte de empresas e governos: o

²³ MPAgro *op cit* (pág. 71/72).

²⁴ OECD *op. cit.* (pág. 26)

setor de fertilizantes tem sido objeto de medidas antidumping na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil. Conforme mencionado, o Brasil aplicou e suspendeu medidas antidumping sobre o nitrato de amônio proveniente da Rússia e Ucrânia, fabricado pela Eurochen. No Brasil, é nítida também a entrada de novos atores (CVRD) e a perspectiva de novos investimentos. Nesse quadro, como também enfatizado pelo trabalho da OECD²⁵, os investimentos estão intimamente associados a *inovações na produção*, e, portanto, existe perspectiva de que as empresas dominantes nos respectivos mercados regionais busquem, inicialmente, a exploração mineral mais eficiente para, em seguida, a conversão dos insumos nos fertilizantes. A participação da competição internacional (via importações), nesse contexto, é criar o estímulo competitivo para as empresas domésticas.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Nacional para Difusão de Adubos – ANDA (www.anda.org.br)

Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos – AENDA (www.aenda.org.br).

Arovuouri, Kyösti e Hanna Karikallio (2009). “Consumption Pattern and Competition in the World Fertilizer Markets”, trabalho apresentado no Symposium of the International Food and Agribusiness Management Association, Budapeste, Hungria

Austin Setorial (2010). “Análise Setorial de Fertilizantes”. São Paulo, Outubro.

Bastos, Valéria Delgado, Leticia Magalhães da Costa e Leonardo G.M. de S.C. Faveret (2009). “Desempenho recente da balança comercial e os limites ao crescimento da indústria química” *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n.29, p. 397-432.

Coinvalores (2010). “Tópico Setorial – Fertilizantes”. São Paulo, Outubro.

Coinvalores (2010), “Análise de Resultados - Vale Fertilizantes”. São Paulo, Novembro.

Dias, Victor Pina e Eduardo Fernandes (2006). “Fertilizantes: uma visão global sintética”. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-138.

Fernandes, Eduardo, Bruna de Almeida Guimarães e Rômulo Ramalho Matheus (2009). “Principais Empresas e Grupos Brasileiros do Setor de Fertilizantes”, *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 203-228.

Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO (2008). “Current world fertilizer trends and outlook to 2011/12”. Roma, Itália.

International Fertilizer Association – IFA (www.ifa.org).

Lafis Tendências Setoriais (2010). “Análise Setorial - Fertilizantes”. São Paulo, Agosto.

²⁵ OECD *op. cit.* (pág. 40)

MPAgro (2007), “Demanda e oferta de fertilizantes no Brasil: Uma Avaliação da dependência externa da agricultura brasileira”.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2009). “Oficina sobre Fertilizantes no Brasil”, Contrato Ministério de Ciência e Tecnologia e Centro de Estudos Estratégicos MCT/FSAG-CGEE/Consultoria N° 056/2009.

Organization for Economic Co-operation and Development – OECD (2010). “Trade & Innovation: Report on the Chemical Sector”, Working Party of the Trade Committee. Paris, Maio.

Saab, Ali Aldersi e Ricardo de Almeida Paula (2008). “O Mercado de Fertilizantes no Brasil – Diagnóstico e Proposta de Políticas”. Ministério da Agricultura e Abastecimento - MAPA.

United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2006) - “Tracking the trend towards market concentration: the case of the agricultural input industry”. New York, Abril.